

EXCLUSIVO

REPRESSÃO: LOCALIZADO SÍTIO CLANDESTINO



O famoso delegado Fleury, em 1970, precisou de um local onde pudesse interrogar presos políticos, sem que os órgãos de segurança do exército tivessem conhecimento. Foi nessa disputa entre setores rivais da polícia política paulista que surgiu o «sítio clandestino da repressão» apontado na semana passada pela revista «VEJA», como sendo a «Fazenda 31 de Março», ao sul da capital, na zona rural. Depois de duas semanas, fazendo-se passar por compradores de terras, nossos repórteres finalmente encontraram a fazenda, que pertence a Joaquim Rodrigues Fagundes, condecorado pelo ex-ministro Silvío Frota com a medalha da Ordem do Mérito do Pacificador junto com Harry Shibata, o legista do caso Herzog. As ligações da fazenda com os militares aparece também numa acusação existente na justiça, segundo a qual as terras foram griladas, com o emprego da violência e armas de uso exclusivo da Forças Armadas. No sítio clandestino da repressão estiveram, sem volta, muitos dos opositores do regime, que fazem parte da lista de 251 «desaparecidos» e mortos lançada recentemente pelo Comitê Brasileiro pela Anistia.

A rota para a «Fazenda 31 de Março de 1964» e sua história estão nas páginas 4 e 5.

**ESPECIAL: DEZESSEIS
PÁGINAS NESTA EDIÇÃO.**

EM TEMPO:

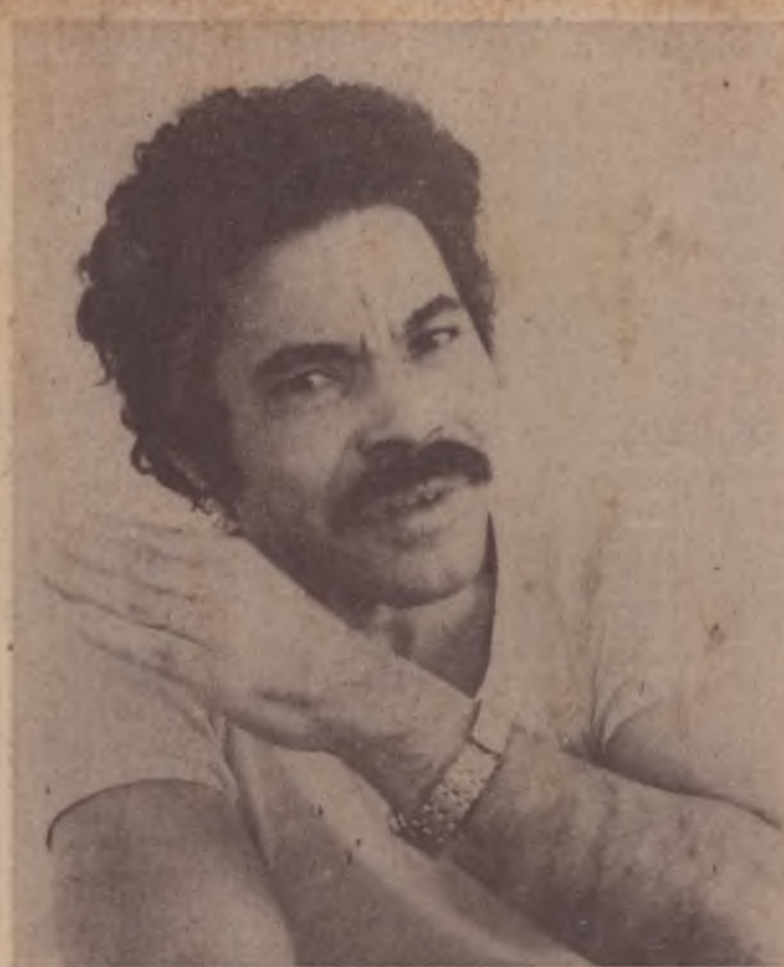
SEMANÁRIO NACIONAL — Cr\$ 15,00 — ANO II — Nº 53 — DE 1ª a 7 DE MARÇO DE 1979

Fracasso da esquerda e ascensão de Khomeini

Pág. 14

Artigos neste número:

- 1** Décio Saes devassa a hegemonia burguesa dentro do MDB. *Pág. 3*
- 2** Antônio F. Nunes analisa campanha salarial dos metalúrgicos paulistas. *Pág. 7*
- 3** Zé Pedro de Osasco entra no debate sobre o PT denunciando pelegada. *Pág. 7*
- 4** Maurício Tragtenberg mostra ditadura nas fábricas paulistas. *Pág. 12*
- 5** Eder Sader e Robert Linhart: o dia a dia da classe operária francesa. *Pág. 13*
- 6** Guido Mantega nega a tese a democratização sexual. *Pág. 11*
- 7** Herbert de Souza e Theotônio dos Santos: Carter e a América Latina. *Pág. 6*



Entrevista:
**MANOEL
DA
CONCEIÇÃO**

Do exílio, o ex-líder camponês e ex-sindicalista rural fala sobre as experiências de luta no campo na década de 60 e comenta os rumos do sindicalismo hoje.

Pág. 9



Assembléia Geral

Convocamos todos os acionistas (A e B) e colaboradores da Editora Aparte S/A para a Assembléia Geral da empresa a se realizar dia 4 de março às 9 horas da manhã na sede do Jornal Em Tempo (R. Mateus Grou, 57 — São Paulo).

Reconstrução da UNE na reta final

Depoimento de Marcelo Barbieri, da UEE de São Paulo, analisando o movimento estudantil em 1978 e dando as dicas para a preparação do Congresso de fundação da UNE em maio próximo.

Pág. 8

Metalúrgicas vencem o medo

«Se eles descobrirem que eu vim aqui, me mandam embora na hora. A gente tem que vencer o medo». Procurando vencer o medo, o encontro das metalúrgicas de Belo Horizonte e Contagem, realizado no dia 18 de fevereiro, que contou com a presença de apenas trinta mulheres, não deixou de ser uma grande vitória. Pela primeira vez, elas se reuniram para discutir sua situação de trabalhadoras. E das experiências pessoais relatadas, configurou-se no final o quadro de problemas comuns a todas as mulheres operárias.

«A gente gasta mesmo suor no trabalho. Porque não ganha o mesmo salário?». O desnível salarial foi um dos

aspectos mais abordados no encontro. Denunciou-se inclusive, a dispensa de metalúrgicas que trabalhavam na prensa para contratar mulheres com salários mais baixos.

Longe de revelar uma competição com o trabalho masculino, ela vem expressar a consciência de que a aceitação de salários inferiores ao do homem, comprime para baixo a remuneração de toda categoria e enfraquece a luta comum.

Outro ponto importante, muito ressaltado, diz respeito às péssimas condições de trabalho. Neste particular, as denúncias englobam a disciplina férrea da fábrica, que impõem horários até mesmo

para o uso dos sanitários, a insalubridade, a falta de material de segurança de trabalho, a extensão da jornada, problemas estes que não são peculiares à situação da mulher, mas que são comuns à maioria dos trabalhadores.

Além destes, foram levantados problemas que atingem especificamente à mulher trabalhadora: a dupla jornada de trabalho, a inexistência de creches, a discriminação da mulher casada, principalmente da gestante, e até mesmo o fato de ter que engolir as «cantadas» dos chefes e encarregados e de serem obrigadas, dentro do horário de trabalho, a «arrumar a casa e lavar a roupa do patrão». Também foi abordada a questão do trabalho noturno, havendo unanimidade entre as presentes quanto ao absurdo da lei que tenta regulamentá-lo. Conforme pode-se observar, todas as denúncias evidenciam o não cumprimento da legislação vigente. Dai, inclusive, a proposta de se criar uma fiscalização mais rigorosa por parte do sindicato.

Concluindo este encontro, foram aprovadas várias proposições para serem encaminhadas ao Congresso das Metalúrgicas, em maio próximo, na cidade de Pocos de Caldas. Uma proposta inovadora: estabilidade para gestantes a partir do terceiro mês de gravidez até um ano após o parto e criação do Departamento Feminino no Sindicato, cuja tarefa seria inclusive comemoração do dia internacional da mulher 8 de março. (Márcia Coelho/Fátima Anastasia)



Portelas e Portelices

Conheço de nome, três Portelas: o Petrônio, o Eduardo e a escola de samba. Até agora só a escola de samba continua a mesma. Petrônio tornou-se especialista no estudo da direção dos ventos (para saber que rumos deve tomar) e Eduardo, antes de assumir o ministério, ameaça enveredar pelo mesmo caminho.

«Ninguém deixará de estudar por não poder pagar», diz o futuro ministro da Educação ao revelar que pretende instituir o ensino pago nas escolas federais. O outrora professor diz ainda que está estudando a fórmula para que os proletas possam estudar, ganhando bolsas de estudo e também utilizando do sistema de crédito educativo, que deverá ser reformulado.

Dá para se saber o que acontecerá com as bolsas de estudo. O sobrinho do coronel, o amigo do deputado e o filho do industrial-amigo-de-autoridade terão bolsas garantidas, como é de praxe (e não acreditamos que o professor mude isso). Já os proletas, terão que provar a



pobreza (não será essa uma forma de humilhação?). entrar na burocracia, correr atrás de papéis, fazer testes, esperar, encher o saco, esperar e esperar, até ter seu pedido negado ou atendido seis meses depois do início do ano letivo, perdendo a bolsa por não ter frequentado as aulas.

O azar do ministro é que os estudantes têm larga experiência em lutar contra as tentativas de institucionalizar o ensino pago. Além disso, em maio estão com a UNE de volta. Segura essa, Portela. (RVN).

COMLURB: Um lixo

Na dura luta mantida pelas autoridades, visando arrancar até o último centavo dos «contribuintes» (nome que dão à população e que faz imaginar o que pretendem como governantes), criou-se no Rio de Janeiro uma «taxa de lixo», extorquindo dos moradores 'mais uma grana para executar, muito mal por sinal, um serviço que não é nada mais do que obrigação dos poderes públicos, no nosso caso mais instituídos do que constituídos.

Até recentemente, só se lembrava que a prefeitura estava cobrando duas vezes pelo mesmo serviço, pois nos

impostos municipais já está prevista a despesa com a limpeza urbana. Mas, os lixeiros mostraram outra face do problema: mesmo cobrando da população, os encarregados do trabalho tão desagradável são em um número menor do que precisa e ganham uma miséria.

Para tentar resolver seus problemas, fizeram o que podiam: greve. Foram ameaçados, por isso, até com a Lei de Segurança Nacional e, no fim, instituição encarregada da limpeza pública, a COMLURB — ou será CONTURB ou, ainda, CONLUJO? — aumentou o salário deles para Cr\$

4.003,00 e deu a questão por encerrada. É certo que isso é bem melhor que os mil e seiscientos cruzeiros que ganhavam até agora, mas não resolve. As condições de trabalho continuarão as mesmas e mesmo esse salário não dá nem para pagar o aluguel de uma casinha qualquer no Rio.

Mesmo assim, há quem ache que os lixeiros estão reclamando de barriga cheia. Para esses, uma sugestão: já que o salário é bom, as condições de trabalho são boas abandonem seus cargos e vão trabalhar na limpeza pública. Uma moleza. (RVN)

Na Argentina, o desespero de Flávio

Alarmada com um recado que recebeu a semana passada de seu filho Flávio Koutzi, preso há quatro anos nos cárceres argentinos, Clara Koutzi fez um apelo desesperado para que seja solto o mais breve possível, dada as sérias condições de saúde que ele enfrenta. Preso atualmente em Coranda (provincia de Santa Fé), depois de ser arrastado por outras prisões, na quinta-feira (dia 22 de fevereiro), Flávio pediu que sua mãe denunciasse as péssimas condições que se encontra.

«Se ele se arriscou tanto para me passar este recado é porque deve estar desesperado», afirmou Clara Koutzi. «Flávio não cometeu nenhum crime e está sendo morto aos poucos, desde o momento em que foi preso. Agora está com o tratamento mais infame que podem dar a uma pessoa. E como se ele fosse um objeto. Isto chama-se assassinato».

A mãe de Flávio esteve reunida, na sede do Sindicato dos Jornalistas Profissionais de Porto Alegre, com a seção gaúcha do Comitê Brasileiro

pela Anistia, o deputado César Schmirmer e o suplente do senador Simon. Alcides Saldanha, para a partir do dia 1º de março iniciar uma campanha nacional pela libertação de Flávio Koutzi, a exemplo da que foi realizada por Flávia Schilling, presa pela ditadura uruguaia.

A campanha de libertação de Flávio terá vários desdobramentos. Ao mesmo tempo que se iniciará um abaixo-assinado pressionando para que ele seja libertado, os jornais da imprensa alternativa deverão imprimir um selo que deverá ser recortado pela população e ser enviado ao governo argentino, exigindo uma solução rápida para o problema. Os grupos de teatro também montarão peças mostrando as péssimas condições carcerárias que Flávio enfrenta.

Além disso, todas as seções do CBA farão palestras a respeito de Flávio. Ainda estão sendo preparados atos públicos que deverão contar com a presença de representantes da Igreja, parlamentares, artistas, intelectuais, entidades de classe e outros setores.



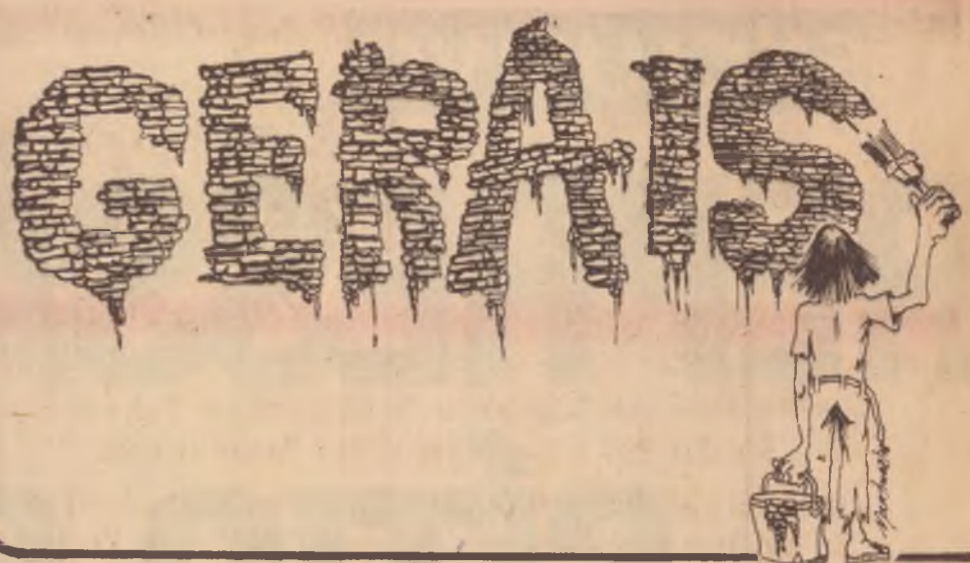
Bancários em marcha

Em reivindicação apresentada ao atual ministro do Trabalho, Arnaldo Prieto, pelos sindicatos bancários de todo o país, há duas semanas, foi solicitada a revogação do parecer da Consultoria Geral da República, que vinha a institucionalizar o que na prática todos os bancos vinham usando e abusando, conforme o seu gosto, há bem mais tempo: o prolongamento da jornada de trabalho por mais duas horas diárias.

O certo é que parece não ter se embaçado na consciência histórica dos bancários, a lembrança de todas as lutas travadas pela classe no passado, a fim de se conquistar a jornada de seis horas. E agora, com as últimas mobilizações de aumento salarial, tem crescido a união e a organização, com o consequente fortalecimento do seu poder de barganha, o que ficou claramente estampado na greve do ano passado, posta na ilegalidade pelo governo, por considerá-la «atentatória a segurança nacional». Para este ano, com a fragorosa derrota dos pelegos em sindicatos como os do Rio e São Paulo, os bancários prometem voltar a todo vapor e anunciarão uma ampla movimentação da classe para tratar do próximo aumento salarial. (A.R.)

Finalmente as manobras da Reitoria da UFRN deram certo e, depois de seis meses de intervenção, o Diretório Central de Estudantes foi entregue, após eleições indiretas em que toda sorte de pressões foi usada, a um candidato pelego.

Com um colégio eleitoral definido e restrito, um dos absurdos criados pelo decreto-lei 228, a administração maior da UFRN passou a manobrar ostensivamente, visando favorecer seu candidato preferido, o estudante Luis Fernando, notoriamente ligado à Assessoria de Segurança Interna, ASI, da Universidade local. É bom ressaltar que as eleições



Assassinado ex-sargento líder de guerrilha

Em condições semelhantes à da morte de seu irmão, o pastor José Soares dos Santos, o ex-sargento da Brigada Militar Alberi dos Santos Vieira foi assassinado com quatro tiros de calibre 44 e um de pistola, na cidade de Medianeira, próxima a Foz do Iguaçu.

O ex-sargento, que junto com o ex-coronel do Exército Jefferson Cardim Osório liderou o movimento guerrilheiro de 1965 em Três Passos, no Rio Grande do Sul, há meses procurava desvendar o assassinato de seu irmão ocorrido em janeiro de 1977.

Devido à «incapacidade» da polícia em elucidar o caso, pois muitas suspeitas recaem sobre as autoridades policiais

da região, Alberi começou a investigar por sua própria conta. O assassinato de seu irmão e de Godoy Sobrinho, que haviam sido detidos pela polícia na travessia de um rio na região, chocou a opinião pública pelas condições em que os corpos foram encontrados: castrados e com os olhos furados com galhos de árvores.

A morte de Alberi seguramente liga-se às investigações e provas que estava colhendo na região. O ex-sargento já havia combinado audiência com o advogado Décio Freitas de Porto Alegre, para abertura do processo, pois acreditava na responsabilidade das autoridades policiais do Paraná.

Em conversas telefônicas com seu advogado, teria inclusive citado os nomes dos implicados no duplo assassinato de janeiro de 1977: o tenente Benjamin Rocha, na época delegado de polícia de Santo Antônio do Sudoeste; capitão Otacílio Machado, delegado de polícia em Medianeira e os soldados Nelson, David e Gradowski.

Com a morte de Alberi, quem elucidará os crimes de Medianeira? A morte de seu irmão continua até hoje envolta em mistério e a polícia do Paraná não parece muito entusiasmada com o caso. Certamente, este novo assassinato ficará sem explicações.

Reitoria Leva DCE

foram convocadas para o período de férias estudantis, 10 de janeiro, passando por cima assim da própria lei autoritária criada pelo regime e que preconiza a realização de eleições para entidades estudantis no período de atividade escolar.

Embora não existam provas definitivas os indícios de corrupção por parte dos candidatos ligados à Reitoria são fortes. Nas residências universitárias votos são trocados por bolsas da Pro-Reitoria de Assuntos Estudantis, talões de tickets do Restaurante Universitário, passagens etc.

Evidentemente, todos esses

fatos contribuíram para a queda do DCE na mão da pelegada. Contudo, essas manobras somente se tornaram possíveis devido a um grande grau de desorganização experimentado pelo ME local, principalmente depois da intervenção do DCE o ano passado, com sérias divergências entre as tendências mais consequentes. Para culminar o processo de desagregação, uma delas, a «União e Trabalho», defendeu ardorosamente uma frente com a direita e de maneira sintomática, se omitiu na eleição para o DCE, o que só poderia beneficiar o candidato pelego (Osair Vasconcelos).

Retrato de um Sistema inviável

Em um assalto a sua residência, foi baleado — como todos os jornais noticiaram — o general Murici, ex-chefe do Estado Maior do Exército no governo Costa e Silva. Talvez agora as autoridades reconheçam que o Rio de Janeiro, onde aconteceu o fato, tornou-se uma cidade violenta. Se não a mais violenta do mundo, como já se tem falado, pelo menos uma cidade em que não se tem segurança nem dentro de casa.

Há muito, a classe média, que não tem proteção especial, vem sendo assaltada, violentada e às vezes morta por assaltantes em qualquer local do Rio, sem que se tome providência alguma. O próprio Jornal do Brasil, um dos defensores máximos do

sistema econômico-político-social brasileiro, já chegou a denunciar que na Rua Francisco Sá, em Copacabana, não há nenhum morador que não tenha sido assaltado pelo menos uma vez. E quem vai dar queixa ainda está arriscado a levar uma bronca das autoridades.

Como um general — profissão dos intocáveis — foi vítima desta vez, é até provável que se tome alguma providência. Mas, pode-se esperar que a providência a ser tomada, talvez uma repressão maior a assaltantes, não resolverá coisa nenhuma, porque as causas continuam existindo e crescendo. Uma cidade em que o nível salarial é baixo, o custo de vida altíssimo e crescendo cada

vez mais; em que pessoas que ganham pouco vão procurar uma residência e não encontram apartamento ou casa por menos de quatro salários mínimos, só pode tornar-se violenta. E não adianta repressão aos assaltantes, meros efeitos dessa situação. Nunca as autoridades atuais vão tocar nas causas, porque elas são representantes dessa causa, que é o sistema. Por isso, as vítimas potenciais que se cuidem, se virem ou se mudem. Ou rezem para que os assaltantes pelo menos não atirem porque não é todo mundo que tem o atendimento médico que está tendo o general. Ou ainda, que mudem de lado, unindo-se aos inimigos — os assaltantes (RVN)



Assine EM TEMPO:

EM TEMPO:

Operários x Patrões

EM TEMPO:

Presos Denunciam 233 Torturadores

O listão completo dos policiais e militares acusados

Nome Profissão

Idade Endereço

Bairro Fone Cidade

Estado CEP End. Comercial

Horário Fone Estou enviando o cheque nº

do Banco em nome da Editora. Aparte S/A

Rua Bernardo Guimarães, 884, Lourdes, Belo Horizonte (MG) CEP 30.000.

Em São Paulo, Rua Mathus Grou, 57, Pinheiros, São Paulo, (SP)

CEP 05415, fone 853-6680

Anual: Cr\$ 600,00

Semestral: Cr\$ 350,00

Exterior:

Anual: US\$ 90,00

Semestral: US\$ 50,00

CONSELHO EDITORIAL E ADMINISTRATIVO: Aluisio Marques, Alvaro Caldas, Antonio Carlos Carvalho, Antonio de Pádua Prado Jr., Antonio Sérgio de Souza, Carlos Tibúrcio, Cláudio Câmara, Emiliano José, João Batista Mares Guia, Jorge Baptista, Marcelo Beraba, Maria Moraes, Maria Rita Kehl, Raul Anglada Pont, Robinson Ayres, Tibério Canuto, Fausto Brito (Conselheiro-Presidente), Sulpício: Flávio Andrade, Antonio Espinosa, Eduardo Fernandes, Flaminio Fantini.

DIRETORES: Antonio de Pádua Prado Jr., Flaminio Fantini, Jorge Baptista, Robinson Ayres, Tibério Canuto (Diretor-Presidente), Secretário de Redação: Luiz Nadai.

Produção e Secretária Gráfica: Paulo Roberto M. Borges.

EDITORIAIS: Nacional: Flaminio Fantini (editor), Antonio Espinosa, Antônia Silveira, Carlos Savério, Eduardo Fernandes, Fábio Munhos, Fátima Barbosa, Flávio Andrade, Flávia Resende, Maria Moraes, Ottoni Fernandes Jr., Paulo Sérgio, Samira Zaidan, Sérgio Alli, Wilson Prudente. Internacionais: Carlos Tibúrcio (editor), Carlos Eduardo Matos e Lionel Almeida (sub-editores), Aluisio José Montoi

ro, Altair More, Cecília Tompsom, Cleide Ono, Eliezer Rizzo de Oliveira, José Varga, Lana, Marinete Oliveira, Olga Mats, Suzana Rios, Virginia Pinheiro. Suplemento Cultural: Flávio Aguiar (coordenador), Antonio Espinosa, Nimar Santos, Maria Moraes, Maria Rita Kehl, Valdez Amorim. Arte: Sérgio L. Papi (ilustração), Bete Maringoni, Duto Bicalho, Stan, Martínez (ilustração), Ennio Reus F., Jesus Carlos, João Roberto Martins F., Niels Andress (foto). Arquivo e Pesquisa: Antonio Alfredo S. Nunes, Moura Marinho, Josephine Ghetti, Maria Martins, Maria Quimaraes, Silvestre Prado, Valdez Amorim.

REVISÃO: Alfredo Maria Camillo de Souza, Tomé.

SUCURSAS: Belo Horizonte (R. Bernardo de Guimarães, 1884) Alberto (parte chefe da sucursal), Edgar da Mata-Machado, Ernesto Passua, Fernando Miranda, Lélis Santos, Maizé Trindade, Maurício Godinho, Paula Régis, Paulo Viara, Ricardo Rabelo, Sérgio Asphan (redação), Mariza Araújo (administração). Porto Alegre (Av. Osvaldo Avelino, 1407 — loja 20): Ana Barros Pinto, Carlos Avelino, Gerson Schirmer, Letânia Menezes, Sosa (redação), Adão Ceça, Cláudio Alcides

Flávio, Eugênio, João Rodrigues Soares, Luis Alberto Rodrigues, Lucy Ayres, Paul Pont, Recife: Antonio Sérgio de Souza, Cecy Prestello, Orlando Mindelo, (coordenação), Fred Martins, Paulo Santos, Rebecca Scatut, Alzira Medeiros, Eliane Veioso, Hilton Almeida, Marina Lima, Maria Everaldo, Paulo Magalhães, Riva M. Nogueira (administração). Rio de Janeiro (R. da Lapa, 200 — sala 408) Adauto Neves, Alan Albuquerque, Antonio José Medeiros, Fernando Karam, Helio Alban, Bahia, Cláudio Câmara, Claudio Cardoso, Clotilde Hasselmann, Flávia Resende, Ligia Bahia, Luis Antonio de Aguiar, Luis Arnaldo Dias Campos, Marcelo Beraba, Marcos Aarão Reis, Margarida Autran, Maria Helena Malta, Olga de Assis, Olga D'Arc Câmara, Orlando Guilhon Braga, Regina Maria Braga, Ricardo Lessa, Sérgio Sbragia, Sueli Caldas. Salvador: (Av. Sete de Setembro, 202 — sala 501) Ademir Oliveira João Henrique, Antonio Dás, Emiliano José, Dalton Gouinno, Oldack Miranda, Liza Maria.

ESCRITÓRIO: Arr. Cajú: (SP): David Dantas, Campinas: (SP): Rivaldo Barros.

Fortaleza (CE): Fausto Aguiar (coordenação), Gervásio de Paula, Rogério Araújo (redação), Daniel Santos José Saravia Jr., Vinício de Araújo, (administração) e distribuição), João Passiva (PB), Aurelio Aquino, Geraldo de Araújo, Manoel Campos, (RJ): Cicero Correia, Francisco de Assis.

ADMINISTRAÇÃO (São Paulo): Anilton Pinheiro, Aparecida Barbosa da Silva, Elvira Oliveira, João Carlos, Jemelleus Jareia, Assessoria Jurídica: Luiz Eduardo Greenhaigt, José Alberto Marcondes Picciria (São Paulo), Arnaldo Barbosa (Belo Horizonte), Ademir Oliveira (Salvador).

Diretor-Responsável: Robinson Ayres.

EM TEMPO é uma publicação da Editora Aparte S/A — Rua Bernardo de Guimarães, 1884 — Lourdes (Belo Horizonte) — Rua Mateus Grou, 57 — Pinheiros (São Paulo) — CEP 05415 — Telefones: 280-4759 e 853-6680.

Distribuidor: Super Bancas

Composto e impresso nas oficinas dos Diários Associados, Rua sete de Abril, 290, São Paulo, S.P.

De quem é o MDB?

Debitar as mazelas do MDB principalmente na sua criação artificial pelo regime é uma concepção liberal do que é um partido político.

O estranho é que boa parte da esquerda e dos políticos ligados aos setores populares tende a fazer

este mesmo diagnóstico liberal da frente oposicionista. No entanto o problema de fundo do MDB é de classe e

está é na hegemonia que setores da burguesia exercem dentro do partido

Por Décio Saes

O sucesso eleitoral do MDB, em novembro de 1978, não foi suficiente para neutralizar as características mais duradouras do partido oposicionista: oscilação política, tendência à conciliação com a ditadura militar, não-estabelecimento de relações persistentes com a massa dos seus eleitores, desconhecimento dos movimentos reivindicativos populares (a oposição extra-parlamentar). A que se devem essas características? Por que o entusiasmo oposicionista de novembro se metamorfoseou progressivamente em apatia, no período pós-eleitoral?

Muitos políticos e intelectuais oposicionistas atribuem os conhecidos e constantes marasmos pós-eleitorais do MDB ao fato deste partido — assim como seu irmão-gêmeo situacionista — ser uma criação da ditadura militar; ou seja, um partido criado de cima para baixo, ao invés de ser gerado dentro da «sociedade civil». Essa interpretação parte da intenção correta de criticar as práticas arbitrárias do regime no domínio político-partidário; contudo pode sugerir, erroneamente, que a oscilação política, as tendências conciliatórias, a passividade e o cupulismo do MDB — características persistentes há mais de uma década — se devem ainda e fundamentalmente à sua condição de «partido criado por decreto».

Esse tipo de crítica se filia, na verdade, a uma concepção liberal de partido político. Os teóricos do neo-liberalismo (o liberalismo atual) encaram o partido político de modo abstrato e idealista: a «performance» «ótima» de todo e qualquer partido consiste em ser altamente representativo (captando uma corrente da «opinião pública»), duradouro (e não apenas um partido de circunstâncias, ativo apenas durante os períodos eleitorais) e articulador das «demandas» dos indivíduos membros da sociedade. Essa concepção ignora totalmente a relação estreita

O caminho para eliminar os defeitos do MDB não é a «reativação da sociedade civil», pois seu pecado principal não é ter sido criado por decreto, de cima para baixo. Afinal de contas, uma parte da sociedade civil, a burguesia, mostra-se bastante ativa no seio do MDB, ao impor suas formas de ação, modos de organização e concepções, às outras classes representadas no partido oposicionista.

entre a natureza de classe (burguesa, pequeno-burguesa, proletária) dos partidos políticos e as suas formas de ação e organização. É estranho,

As tarefas das oposições populares

A conquista da hegemonia pelas classes populares no seio do MDB deve, portanto, se exprimir como transformação dos modos de ação política, do programa e da estrutura interna do partido oposicionista. No que diz respeito ao programa, a luta pelo desmantelamento do aparato legal e repressivo da ditadura deve se prolongar, não numa proposta liberal de «reconstrução do Estado de Direito», e sim, na proposta de construção de uma nova democracia, cujo fundamento seja o controle democrático e popular das instituições do Estado. Ou seja, as classes populares devem ir além do culto ao formalismo democrático, que «encena» a soberania popular, sem jamais concretizá-la.

As classes populares devem ir além do culto do formalismo democrático que «encena» a soberania popular sem jamais concretizá-la... O importante é orientar desde já a luta contra a ditadura militar no sentido da construção de uma nova democracia, qualitativamente distinta do formalismo democrático burguês.

Como fazê-lo? Abandonando, por exemplo, os termos da controvérsia burguesa sobre a conveniência, ou não da estatização, e defendendo a gestão da empresa pública (Petrobrás, etc) pelo povo (isto é, pelos trabalhadores das empresas, como ocorre, no México, com a empresa estatal do petróleo). Indo além da preocupação com a independência do Poder Judiciário diante do Poder Executivo, e propondo algo mais que a defesa das prerrogativas (inamovibilidade, indeclinabilidade, irredutibilidade de vencimentos) da magistratura: a simplificação/popularização do processo judiciário e a democratização da atividade julgante (rotatividade, elegibilidade, controle democrático).

Deixando de lado a defesa do «princípio fede-

portanto, que ela seja encampada, sem crítica, por intelectuais de esquerda e políticos ligados à oposição popular.

Quando se tem em conta essa relação entre a natureza de classe do partido e as formas de organização partidárias, chaga-se, na análise do MDB, a uma conclusão diversa: a tendência do MDB à oscilação política, à conciliação com a ditadura militar e ao distanciamento com relação à massa dos seus eleitores, não se deve ao seu caráter de «aglomerado forçado» (imposto à «sociedade civil»), e sim, ao seu caráter de classe.

O MDB constitui, hoje, uma frente de várias classes que se opõem, de modo diverso e com amplitude variável, à ditadura militar: frações burguesas, parte da classe média urbana (1), classes populares do campo e da cidade. De resto, qualquer analista atento pode intuir essa

A dominância, na prática cotidiana do MDB das tendências à oscilação e conciliação é expressão do duplo caráter das frações burguesas hegemônicas na frente oposicionista: ora progressistas, ora conservadoras.

presença múltipla, ao procurar demarcar as fronteiras ideológicas e políticas entre a «cúpula» partidária, os «autênticos» e os «candidatos populares» de novembro 1978. Todavia, essas diferentes classes não partilham de modo igual o controle da organização partidária. No seio do MDB, a burguesia é hegemônica. Ou melhor, referimos, mais especificamente, a certas frações burguesas: o médio capital industrial sem vinculações orgânicas com o capital monopolista (2), a média propriedade rural em processo de capitalização. Como explicar a presença dessa fração no movimento oposicionista?

Na verdade, essa presença não deve ser atribuída a nenhuma hipotética vocação democrática e antiimperialista da burguesia «nacional». Tais frações desenvolvem, antes, um comportamento basculante e ambíguo diante do grande capital e do regime que representa os seus interesses; opõem-se às linhas gerais da política econômica pró-monopolista (= satisfação aos interesses dos bancos, da indústria automobilística, etc), mas limitam a sua participação na luta pela democracia, em função de seu temor às classes populares. Movem-se continuamente, portanto, entre as propostas de «liberalização» do regime militar e aquelas outras, mais radicais, de derrubada da ditadura.

Nesse movimento, é determinante a influência de dois fatores: de um lado, o grau de desenvolvimento do movimento oposicionista popular; de outro, o montante de prejuízos que lhes traz a política econômica pós-monopolista.

Não há porque submeter as reivindicações materiais das classes populares aos testes de «eficácia» montados pela burguesia oposicionista.

rativos» (reivindicação de uma burguesia regional forte, como a paulista), para pôr em questão, de outro modo, o centralismo do Estado burguês; ou seja, reivindicando a autonomia crescente das comunas locais diante do Estado central, simultaneamente com a participação de organizações populares — comitês de empresa, comitês de base territorial — na gestão das comunas locais. Outras e melhores propostas de controle democrático e popular das instituições do Estado deverão nascer no próprio desenvolvimento da luta das classes populares pela democracia. O importante é reconhecer, desde já, que às classes populares interessa ir além da restauração do regime democrático de 1945-1964, orientando a luta contra a ditadura militar no sentido da construção de uma nova democracia, qualitativamente distinta do formalismo democrático burguês.

Ainda no que diz respeito ao programa partidário, as classes populares devem lutar para colocar no primeiro plano, como objetivo fundamental da ação partidária, a conquista de melhores condições materiais de vida pelo povo. É preciso, para tanto, que o programa do MDB deixe de legitimar tais conquistas pela sua «funcionalidade» para o desenvolvimento do capitalismo nacional. Da perspectiva das classes populares, essas conquistas constituem parte de um longo processo de auto-emancipação, que se estende das primeiras lutas pela garantia da subsistência física do trabalhador e sua família até a destruição final da sociedade de classes. Assim, não há porque submeter as reivindicações materiais das classes populares aos testes de «eficácia» montados pela burguesia oposicionista.

Surge, aqui, uma pergunta: esse novo programa, como de resto o programa anterior, não corre o risco de permanecer «letra morta»? Na verdade, a sua própria conquista e, a seguir, o seu papel efetivo na luta contra a ditadura militar dependem, fundamentalmente, de uma ampla

Quando o movimento oposicionista popular avança, as frações burguesas oposicionistas se retraem, tendendo a conciliar com a ditadura; quando o caráter pró-monopolista da política econômica se acentua conjuntamente, a burguesia oposicionista tende a radicalizar, o quanto possível, os seus propósitos democráticos.

Ora, a dominância, na prática cotidiana do MDB, das tendências à oscilação e à conciliação são fundamentalmente uma expressão do «duplo caráter» das frações burguesas hegemônicas na frente oposicionista partidária; através do MDB, essas frações podem desempenhar, alternadamente, «dois papéis», o progressista e o conservador.

Mas a hegemonia da burguesia no seio do MDB não se exprime apenas através da tendência do partido à oscilação política e à conciliação com a ditadura; ela se manifesta igualmente no



programa partidário. Tal programa comporta uma análise prolongada e cuidadosa. Aqui, deixaremos de lado uma série de pontos programáticos cuja presença torna problemática a concretização de uma verdadeira frente de classes contra a ditadura. Queremos apenas chamar a atenção

A defesa, pelo MDB, de melhores condições materiais de vida para o povo se inspira na suposição da «eficácia» de uma «distribuição social da renda» para o desenvolvimento do mercado interno.

para duas características centrais do programa partidário: a predominância de uma concepção burguesa da luta pela democracia, e a tentativa de «recuperar» e «instrumentalizar» a luta do povo pela melhoria das suas condições de vida.

participação das classes populares no seio do MDB. Mas como transitar da ditadura dos diretórios à democracia dos comitês de base? A articulação crescente entre os movimentos reivindicativos populares («extra-parlamentares») e os comitês eleitorais dos candidatos populares parece ser o caminho para superar a transitoriedade da presença das massas no partido, e para alterar os critérios de filiação partidária e de funcionamento das Convenções. Só uma forte pressão popular, exercida ao longo do período pós-eleitoral, ensejará as transformações organizacionais e programáticas acima mencionadas. Tais transformações, na medida em que implicam um fortalecimento da posição das classes populares dentro da frente oposicionista partidária, tornarão possível um combate mais eficaz às tendências à oscilação e à conciliação, bem como um amplo desenvolvimento das lutas democráticas.

Esse deslocamento de posições no seio da frente oposicionista partidária não significa, entretanto, uma ruptura da frente de classes contra a ditadura. Ele implica, de um lado, a atração crescente de setores liberais e populistas

Como transitar da ditadura dos diretórios à democracia dos comitês de base? A articulação crescente entre os movimentos reivindicativos populares e os comitês eleitorais dos candidatos populares parece ser o caminho.

da classe média para posições mais efetivamente democráticas e populares. De outro lado, ele não será suficiente para anular a permanente tendência à oscilação das frações burguesas oposicionistas, e para empurrá-las definitivamente na direção de uma aliança com o capital monopolista; é que o preço exigido pela média burguesia para estabelecer tal aliança — a reorientação radical da política econômica de Estado — é, inaceitável para a burguesia monopolista hegemônica, e para os seus representantes no seio do Estado.

De um lado, o programa do MDB define a luta pela democracia a partir de uma perspectiva predominantemente liberal. Ou melhor, encara a luta contra o aparato legal e repressivo da ditadura como uma luta pela «recuperação» do «Estado de Direito»: separação e independência dos três Poderes, eleições livres e diretas para o Executivo e o Legislativo, plenas liberdades civis e políticas, pluripartidarismo. O liberalismo político do programa do MDB deve ser imputado, menos a uma suposta presença hegemônica da pequena-burguesia no partido (3), e mais à influência dominante da média burguesia. Para esta, a revitalização do Parlamento, a conquista da autonomia pelo Poder Judiciário e a desmilitarização do Poder Executivo viabilizariam o acesso, dos setores «empresariais» marginalizados pela política econômica pró-monopolista, ao «centro nacional de tomada de decisões». Para as frações

burguesas oposicionistas, a conquista de influência sobre a política econômica de Estado passa pela «recuperação» das formas liberal-democráticas clássicas; e quanto menor puder ser essa «recuperação» (isto é, quanto menor for o espaço político aberto para as classes populares), tanto melhor para eles.

De outro lado, o programa do MDB procura legitimar a luta do povo pela melhoria das suas condições de vida (acesso à terra, melhores salários no campo e na cidade, etc.) a partir de sua suposta compatibilidade com o desenvolvimento do mercado interno e do capitalismo nacional. Considerando que a produção capitalista no Brasil se volta, hoje, prioritariamente para o mercado externo, o MDB retoma inclusive a velha tese dos populistas russos que, a despeito de ter sido refutada por Lênin nos inícios do século, não deixou de conquistar adeptos no seio da esquerda brasileira pré-1964 (e, mesmo, depois dessa data): o campo deve fornecer o mercado de consumo à indústria, para que o capitalismo se desenvolva. Assim, a defesa, pelo MDB, de melhores condições materiais de vida para o povo se inspira na suposição da «eficácia» de uma «distribuição social da renda» para o desenvolvimento do mercado interno.

Finalmente, a hegemonia burguesa no MDB se exprime, também, ao nível da própria forma de organização partidária. O cupulismo, a frouxidão organizacional, a estrutura «desmobilizadora», e outras características evocadas pelos críticos internos do partido, não são casuais. A ausência de um vínculo orgânico e duradouro com a massa dos seus eleitores não é uma anomalia registrável em alguns poucos partidos políticos; ao contrário, ela é uma característica intrínseca e necessária de todas as partidos burgueses. Nesse nível, as diferenças entre o MDB, o Partido Democrata dos EUA e o Partido Gaullista na França são meras diferenças de grau. Ou seja: o MDB, enquanto frente política oposicionista dominada pela burguesia, não é «atípico» com relação a outros partidos burgueses, de sociedades capitalistas avançadas, ou não.

A lista dos «defeitos» apresentados pelo MDB se encontra em qualquer tratado sobre os partidos políticos burgueses: dominação da massa eleitoral pela direção nacional do partido, dominação da direção partidária pela fração parlamentar do partido, fugacidade e circunstancialidade da vida partidária («partidos que existem de 4 em 4 anos»), eleitoralismo (influência dominante do cálculo dos «lucros» eleitorais) na defini-

O MDB aguenta o pau?

Neste período pós-eleitoral já transcorrido, MDB marcou dois tentos. De um lado elegeu um autêntico, Freitas Nobre, para sua liderança na Câmara substituindo o 2º porta voz do Planalto na máquina emedebista, Tancredo Neves. De outro lado deflagrou ainda que por enquanto somente em São Paulo (as decisões do diretório gaúcho e acreano são aguardadas para os próximos dias) uma campanha pela eleição direta para os prefeitos das capitais, que deixou o regime no curé.

No entanto, estes dois tentos são relativamente pequenos, se comparados com as promessas de revigoramento do partido, a partir dos resultados qualitativamente novos das últimas eleições.

Vejamos: no caso da renovação da direção, o episódio da recusa dos autênticos em disputar a Secretaria Geral do partido, com a desistência de Jarbas Vasconcelos em favor da permanência do 1º porta-voz do Planalto, Thales Ramalho, até hoje cobra esclarecimentos mais convincentes. Este foi um preço alto demais para a manutenção da aliança com a direção liberal moderada.

No caso das diretas para prefeito das capitais, o que se consumou em São Paulo, como posição oficial, foi tão somente de não apre-

O cupulismo, a frouxidão organizacional, a estrutura desmobilizadora do MDB não são casuais; pelo contrário, são características intrínsecas e necessárias a todos partidos burgueses.

ção dos rumos da ação política), desprezo aos movimentos reivindicativos populares (a oposição «extra-parlamentar», corrupção da «máquina»

(pense-se no caso dos partidos políticos dos EUA). Tais «defeitos» são, na sua maior parte, listados por Maurice Duverger (4), como características permanentes daqueles partidos por ele definidos como «partidos de quadros» (isto é, partidos burgueses), por oposição aos «partidos de massa». E Althusser lembra, num texto recente (5), que toda forma de organização política fundada numa estrutura hierárquica de tipo «militar» — ou seja, uma «compartimentalização vertical absoluta» que garanta o isolamento das organizações de militantes de base, e a sua dominação férrea pela direção partidária — já se define, em si mesma, como um instrumento da dominação burguesa.

Concluindo: a hegemonia da média burguesia no seio do MDB se manifesta em todos os níveis da vida partidária: ação política (oscilação, tendência à conciliação com a ditadura), programa (liberalismo político, legitimação das conquistas populares pela sua suposta «funcionalidade» para o desenvolvimento de um capitalismo nacional) e forma de organização (cupulismo, distanciamento da massa eleitoral, etc.). O caminho para eliminar tais características, portanto, não é a reativação da «sociedade civil».

Afinal de contas, uma parte da «sociedade civil» — a burguesia — mostra-se bastante «ativa» no seio do MDB, ao impor as suas formas de ação, modos de organização e concepções às outras classes representadas no partido oposicionista. Tais características só poderão ser eliminadas, se o MDB passar por uma profunda transformação interna, que implique o declínio da hegemonia burguesa e o avanço decidido das classes populares, no seio da frente oposicionista partidária.

Notas:

(1) — Observe-se que a alta classe média (tecnocrática e pouco liberal, continua em grande parte, votando na Arena, pedindo mais «autoridade» e aderindo à mística do «Brasil — grande potência».

(2) — Uma parte do médio capital depende diretamente do grande capital, é-lhe solidária no fundamental, por compartilhar os seus destinos. Exemplo: a relação de «irmãos-inimigos» entre a indústria automobilística e a indústria de autopeças. Essa fração «integrada» do médio capital têm sido uma das bases de apoio da ditadura militar e da sua política pró-monopolista.

(3) — Essa tese se encontra exposta no excelente e polémico artigo de Haul Pont, «Aonde vai a oposição?», publicado por Em Tempo nº 50.

(4) — Ver Maurice Duverger, Os Partidos Políticos

Zahar Editores, Rio de Janeiro, 1970.

(5) — Cf. Louis Althusser, Ce qui ne peut plus durer dans le parti communiste, Librairie François Maspéro, Paris, 1978.

ciar o nome indicado por Maluf, enquanto o Congresso não votar a emenda do senador Benevides, restabelecendo as diretas. Ou seja, enquanto o congresso não votar, e não enquanto ele não aprovar. Se derrotado o MDB, termina a decisão suspensiva paulista, e cabe então rediscutir o problema. E verdade que parlamentares mais populares, simultaneamente, anunciam para dia 12 próximo, o início de uma campanha popularizadora do tema. Mas sem o referendo oficial do partido, dificilmente a campanha poderá andar muito.

Estes são apenas sintomas das ambigüidades emedebistas patenteadas nos últimos meses. E daqui para a frente?

O semestre anuncia-se farto de lutas oposicionistas populares: campanhas trabalhistas, reconstrução da UNE, a luta pela anistia, pela Constituinte etc. todas estas, enfrentado o ímpeto ofensivo das reformas já anunciadas pelo regime.

Sob este jogo cruzado das oposições populares e de Figueiredo, o MDB começa a tremer nas cúpulas e inicia uma reciclagem de sua linguagem, já começando a dizer que aceitará a conciliação nacional desde que vinda com boas intenções...

(Flávio Andrade)

O QUE CARTER ESPERA DE FIGUEIREDO

Uma análise das relações Estados Unidos-Brasil sob a administração do atual governo norte-americano, apresentada num seminário internacional sobre os impactos da política de Carter na América Latina.

Por Hebert de Souza e Theotônio dos Santos

1 A resistência do governo norte-americano de entregar ao Brasil os instrumentos econômicos e militares para a realização do projeto de potência emergente provocou o desenvolvimento de vários pontos de fricção.

A política do governo Carter se insere na realidade brasileira em um momento muito especial de sua evolução política. Em novembro de 1976, no auge da campanha de Carter, o governo brasileiro já havia iniciado, dois anos antes, o processo de «distensão controlada». Os antecedentes dessa política estavam colocados desde 1973, nas discussões da Escola Superior de Guerra e no Estado Maior das Forças Armadas, sobre o «modelo político brasileiro». O centro do raciocínio do grupo no poder era o fato de que o «milagre econômico» havia demonstrado a eficiência do modelo econômico, mas não se alcançara uma «legitimidade» política e ideológica que assegurasse o êxito do regime.

Além disso, a derrota da guerrilha urbana fazia desaparecer o «perigo» insurrecional e era necessário encontrar causas políticas para o evidente descontentamento de amplos setores da população contra o regime ditatorial. Dentro desse contexto surgiu o governo de Geisel propondo uma «abertura política controlada» e uma retificação do modelo econômico a favor de uma certa redistribuição da renda. Os ideólogos do regime militar brasileiro agiram de certa forma, dentro dos argumentos do politólogo norte-americano Samuel Huntington sobre a «democracia viável», que se converteu numa das peças da Comissão Trilateral e posteriormente do governo Carter.

É necessário destacar que Huntington já vinculava o problema da democratização relativa com o crescente nacionalismo militar. Realmente, já se manifestava no Brasil, nesse momento, um conjunto de problemas que se relacionavam com a importância crescente que assumiam as empresas estatais e a intervenção do Estado em geral. Assim mesmo, a concepção geopolítica dos militares brasileiros os levava a uma exigência cada vez maior, do reforçamento da capacidade econômica do país para convertê-lo em uma «potência emergente», com ênfase especial na consolidação da indústria de base e de uma indústria militar-nacional.

Ao lado desta política, a nível internacional se configurava a crise de 74/75, que mostrava as debilidades da economia capitalista internacional e o aumento das contradições entre os Estados Unidos, Europa e Japão. Os militares brasileiros e os tecnocratas do governo viram nessa crise a oportunidade de reforçar os vínculos do país com a Europa e o Japão, bem como a necessidade de uma política mais ativa em relação aos países árabes (principais fornecedores de petróleo de um país que depende em quase 80% das importações dessa fonte energética). A resistência do governo norte-americano de entregar ao Brasil os instrumentos econômicos e militares, para a realização desse projeto de potência emergente provocou o desenvolvimento de vários pontos de fricção, que passamos a descrever com as palavras de comentaristas norte-americanos.

A *Business Latin America*, de 25 de outubro de 1978, chama a atenção para a perda da importância relativa da inversão direta norte-americana no Brasil, a qual representava cerca de 50% da inversão estrangeira em 1969, e passou, em 1977, a representar cerca de 30%. Ao mesmo tempo, essa revista especializada, chama a atenção sobre a diminuição em geral, da taxa de crescimento da inversão estrangeira, e, repetindo muitas outras publicações, assinala a proporcionalidade crescente dos investidores norte-americanos e europeus, com piores condições para o capital estrangeiro no Brasil.

«Uma legislação restritiva, a concorrência das Filipinas, Malásia, e outros países do Terceiro Mundo — e até a maior segurança em investir nos Estados Unidos — está convertendo o Brasil num lugar menos atraente para os investidores estrangeiros». Antes da visita de Giscard d'Estaing, o ministro do Comércio Exterior da França fez objeções ao Finame (banco de desenvolvimento encarregado de financiar os bens de capital) por «sua discriminação às firmas estrangeiras pagamentos baixos pela transferência de tecnologia e a exigência de depósito prévio para a importação de maquinaria francesa».

Recente estudo sobre o Finame, realizado por Maria da Conceição Tavares, aponta que 57% da indústria brasileira se encontra sob o controle das multinacionais, 22% com empresas nacionais e somente 21% é controlado pelas empresas estatais. Assim mesmo, os dados revelados pela Caxex do Banco do Brasil indicam que em 1977, as importações das 19 maiores empresas estrangeiras superaram US\$ 661 milhões ao que elas exportaram. Se se considera o déficit comercial e financeiro é a enorme dívida externa do país, pode-se compreender que tais «precauções» e

intensões de restrições não têm nada a ver com posturas ideológicas.

O mesmo tema reaparece no *Financial Times*, de 12 de outubro de 1978, com o título de «As companhias americanas perdem terreno», de seu correspondente de São Paulo. Nesse artigo se ressalta a importância do acordo nuclear assinado com a Alemanha, onde a política estatal dos Estados Unidos havia prejudicado às empresas norte-americanas, mas ao mesmo tempo destaca o caso das indústrias de bens de capital, como de televisão, ramo no qual as companhias americanas foram derrotadas pelas japonesas por simples razões de mercado.

O artigo ressalta também as restrições crescentes dos tecnocratas e militares brasileiros à inversão estrangeira em área de «segurança nacional», como aconteceu com os mini-computadores — que o Estado entregou a uma empresa estatal mista com capitais brasileiros e com a compra de tecnologia de empresas médias do Japão (Sharp e Fujitsu), Alemanha (Nixdorf) e França (Logobax). Os mesmos problemas começam a aparecer na indústria e nos serviços de telecomunicações.

É preciso ainda acrescentar os problemas relativos à indústria aeronáutica, na qual o Brasil começa a adquirir certa competitividade em aviões menores, a indústria naval nas mãos dos japoneses sobretudo a indústria militar, apoiada fundamentalmente em capital estrangeiro em aliança com o Estado.

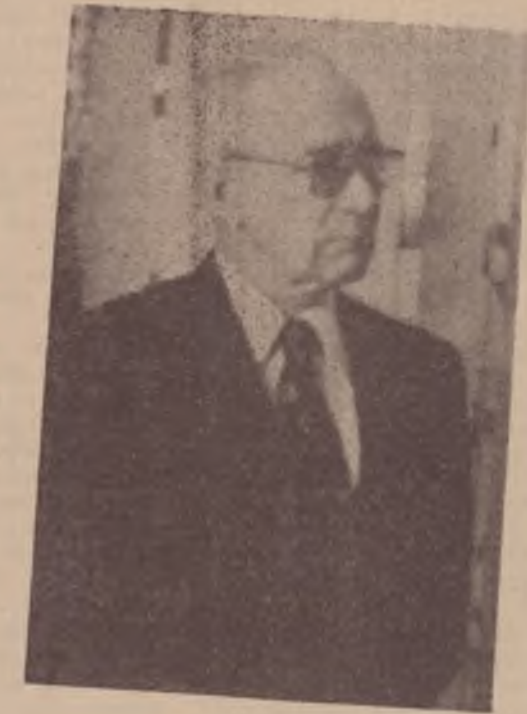
O déficit comercial entre o Brasil e o Estados Unidos também merece ser assinalado. Em discurso pronunciado no Conselho Empresarial Brasil-Estados Unidos, em agosto de 1976, o chanceler Azeredo da Silveira reclamava: «O Brasil foi responsável, em 75, somente por 1,5% das importações americanas, no entanto, contribuiu com seu déficit na balança comercial para financiar cerca de 16% do saldo positivo global dos Estados Unidos, no ano passado. Não é de se estranhar que muitos brasileiros vejam com apreensão e até com um sentido de injustiça, a adoção de medidas restritivas a algumas de nossas exportações manufaturadas para o mercado americano...»

Ao lado desses fenômenos econômicos, se coloca também o fato, destacado por *Le Monde Diplomatique*, de maio de 1978, da perda do controle norte-americano sobre uma nova geração de militares e tecnocratas, criada em torno do SNI e do aparato econômico do Estado. Apoiada na alta cúpula militar, que realizou o golpe de 1964, os diplomatas e militares norte-americanos encontraram-se posteriormente num meio hostil ou pelo menos desconhecido ao acentuar o poder do aparato militar depois de 1964.

2 O governo norte-americano patrocina cada vez com mais ênfase a retirada progressiva dos militares da gestão do Estado e o fortalecimento da elite política civil, com a qual possa manter um diálogo fluido e mais manejável. Ao mesmo tempo que apoia a distensão controlada de Geisel, não deixa de estimular a oposição ao regime.

Todos esses fatores econômicos e políticos levariam o governo norte-americano a patrocinar cada vez com mais ênfase a retirada progressiva dos militares da gestão do Estado e o fortalecimento da elite política civil, com a qual possa manter um diálogo fluido e mais manejável.

Neste sentido a política de Carter se encaminhou em duas direções: de um lado, apoiar o esquema de distensão controlada de Geisel, cujo cérebro é o general Golberri de Couto e Silva, ex-presidente da Dow Chemical, organizador do Ipes, organismo centralizador da conspiração civil-militar que levou ao golpe de 1964, chefe da Casa Militar de Castelo Branco e atual chefe da Casa Civil do presidente Geisel, criador do Serviço Nacional de Informações e autor da *Geopolítica do Brasil*, onde coloca a subordinação estratégica do Brasil aos Estados Unidos, dentro de um esquema geopolítico da hegemonia brasileira no Cone Sul. Tudo indica que Golberri continuará sendo o ideólogo e articulador do governo Figueiredo. De outro lado, a política norte-americana não deixa de estimular a oposição ao regime. O



presidente Carter em sua visita ao Brasil, não somente visitou os poderes institucionais onde existem uma maior tradição liberal, como o parlamento e o Supremo Tribunal, mas também visitou o cardenal de São Paulo, líder da luta pelos direitos humanos no país.

Esse duplo jogo é possível precisamente por causa da política do grupo Geisel, Golberri e Figueiredo, no sentido de uma «abertura liberal controlada» que depende de certa maneira do fortalecimento dos setores moderados da oposição. No entanto, a possibilidade de uma radicalização da luta democrática no país torna indispensável dispor de uma certa flexibilidade, que permita aos Estados Unidos dialogar inclusive com setores mais à esquerda, que poderão ganhar uma força política avassaladora em condições de uma real democratização no país.

Nesse sentido, a política de Carter conta, em certa medida, com o efeito moderador que poderia ter sobre certos setores da esquerda, a intervenção crescente da Segunda Internacional e particularmente da social — democracia alemã

sobre o espectro ideológico do país. A Segunda Internacional tentou durante 1976 e 1978 apoiar a formação de um partido socialista, cuja força política dependeria em grande parte de seu apoio político e material. No entanto, a realidade política brasileira demonstrou que as bases populares tendem massivamente para a formação de um Partido Trabalhista, sob a liderança do ex-governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola. Este fato fez com que a Segunda Internacional se

reorientasse para a negociação com esse partido, que dispõe de suficiente apoio de massas, para manter um diálogo de igual para igual com a Segunda Internacional, dentro de uma política de relações internacionais pluralista e independente. A Segunda Internacional se vê forçada a optar entre uma influência direta sobre um partido socialista sem expressão de massas ou a negociação completa com um partido trabalhista de massas.

3 Não é estranho que Aureliano Chaves tenha sido recebido em Nova York por David e Nelson Rockefeller e tenha terminado sua viagem em São Francisco, recebido pelo presidente do Bank of America, depois de várias entrevistas com o vice presidente Mondale e outros políticos liberais e altos executivos.

A evolução da situação política brasileira é muito complexa. Por esta razão, o grupo no governo começa a se preparar para uma conjuntura política mais liberal. Esta preparação inclui várias ações políticas. De um lado, se prepara a criação de um partido de centro que reúna os setores liberais do partido do governo e os setores moderados da oposição. Se isto não for possível, se pensa em dois partidos, um de centro-direita e outro de centro que estabeleçam uma aliança política. Por outro lado, se busca dividir a área popular tentando formar um partido trabalhista dominado por um setor de direita, que disputaria a liderança de Leonel Brizola, ou pelo menos, que conseguisse moderar suas posições políticas e submetê-lo a seu controle.

Com dificuldades de se conseguir tais objetivos, se poderia tentar formar um partido que buscasse herdar o prestígio do trabalhismo, dividindo assim, a área popular. Procura-se assim mesmo, patrocinar uma divisão entre o trabalhismo e o socialismo, para debilitar ideologicamente o movimento de esquerda. Tais manobras são publicadas na imprensa brasileira e deverão ter muitas marchas e contra-marchas. O importante para o grupo no poder é assegurar uma certa capacidade de intervenção no radicalismo que assumirá o movimento popular em condições de maior liberdade política.

Ao mesmo tempo, o grupo no poder prepara as condições para substituição de um presidente militar por um civil. Neste sentido está se preparando a figura do vice-presidente, Aureliano Chaves. Essa preparação inclui certa diferenciação política entre ele e o presidente João Batista Figueiredo. Depois do fracasso eleitoral do governo nas eleições de novembro de 78, o vice-presidente eleito declarou (contra as interpretações oficiais do partido do governo e do futuro presidente, de que a diferença de 6 milhões de votos a favor da oposição não tinham nenhum significado político) que não era realista desconhecer a maioria aplastante da oposição. Também chamava a atenção sobre a dificuldade que representava a situação política, na qual o

partido do governo alcançava maioria com uma votação nitidamente inferior. A partir desse momento, a figura até então apagada do vice-presidente, foi elevada à altura de uma tendência independente dentro do futuro governo.

Logo depois Aureliano Chaves foi convidado pelo Centro de Estudos Brasileiros da Escola de Estudos Avançados de John Hopkins University. Esse centro de estudo não é uma instituição puramente acadêmica. Ele é apoiado por instituições bancárias e empresariais brasileiras e norte-americanas reunidas em torno do Brasil — US Business Council, estabelecido em 1976. Essas instituições correspondem às mais poderosas corporações multinacionais e bancos internacionais. Não é estranho então, que Aureliano Chaves tenha sido recebido em Nova York por David e Nelson Rockefeller e tenha terminado sua viagem em São Francisco, recebido pelo presidente do Bank of America, A. W. Clausen, depois de várias entrevistas com o vice-presidente Mondale e outros políticos liberais e altos executivos.

Também não é de se estranhar a nota distribuída à imprensa pelo Centro de Estudos Brasileiros: «um dos políticos civis mais experimentados do Brasil, do qual se espera que venha a jogar um papel importante na política de liberalização que se desenvolve atualmente no Brasil. O governo de Figueiredo-Chaves (sic) deverá presidir a restauração das garantias constitucionais e os direitos civis, a restauração do debate político e a transferência eventual do governo ao completo controle civil em 1985». É claro também, que se as coisas se complicam antes de 1985, se dispõe já de uma figura civil na posição correta para substituir a difícil figura política do presidente Figueiredo, imposto como candidato presidencial à própria agrupação governamental (Arena), a um setor muito significativo dos militares e até a uma boa parte da burguesia nacional e internacional, sem falar evidentemente de amplos setores da classe média e populares que olham com grande desconfiança a um ex-chefe do SNI na presidência da República, presidindo um processo de reconstitucionalização do país...

4 O período de maior assistência militar por parte dos Estados Unidos coincidiu com o desenvolvimento do sistema brasileiro de segurança repressivo. Entre 66 e 75, o país recebeu duas vezes mais que a Argentina de assistência.

A resposta a esta questão talvez se encontre perfeitamente expressa no documento do Comitê sobre Relações Internacionais da Câmara de Deputados dos Estados Unidos que registra com grande objetividade este aspecto da política do governo Carter.

Segundo o informe, o governo brasileiro deu resposta decisiva à política sobre os direitos humanos do Congresso dos Estados Unidos. Como requerimento sob a Ata da Assistência Internacional para a Segurança e Controle da Exportação de Armas, de 1976, o Departamento do Estado preparou um informe sobre os direitos humanos no Brasil. No mês de março o Brasil rechaçou o informe junto com US\$ 50 milhões de créditos norte-americanos de assistência militar. A Ata para as Aprovações de Assistência ao Estrangeiro e Programas Relacionados (P.L.p 95º 148) proibiu vendas ao Brasil com créditos militares por causa de restrições aos direitos humanos. No transcurso do ano, o governo brasileiro revogou uma série de outros acordos militares com os Estados Unidos. O resultado de tudo isso, como explicou o embaixador norte-americano no Brasil, John Crimmins era o fim de «toda a estrutura formal de cooperação militar entre os dois países».

A retirada da assistência pode não resultar como dispositivo eficaz para promover os direitos humanos no Brasil. O Centro para Política Internacional assinala que enquanto o programa de assistência norte-americano ia diminuindo, as agências de empréstimos multinacionais (isto é, o Banco Mundial e o Banco de Desenvolvimento Inter-Americano) e os bancos comerciais aumentavam seus investimentos no Brasil.

O período de maior assistência militar por parte dos Estados Unidos coincidiu com o desenvolvimento do sistema brasileiro de segurança repressivo. Entre 1966/75, o Brasil recebeu 28%

da assistência militar norte-americana à América Latina, duas vezes mais que a Argentina, o segundo país que mais recebeu ajuda. A Armistia Internacional acusou os Estados Unidos de contribuir diretamente para a repressão no Brasil, através dos Programas de Segurança Pública e treinamento da polícia na AID. De maneira irônica, a retirada dos créditos militares norte-americanos por causa das violações dos direitos humanos chega num momento em que a assistência norte-americana representa somente 2,5% do orçamento militar do Brasil e quando a indústria brasileira de armas produz 75% de suas necessidades.

Não somente os assuntos dos direitos humanos dominaram as relações entre os Estados Unidos e Brasil, em 1977. A meta prioritária da administração Carter tem sido de modificar o acordo entre a Alemanha Ocidental e o Brasil, para o desenvolvimento da tecnologia de armas nucleares no Brasil.

Os dois assuntos se vincularam no Brasil. Alguns oficiais militares acusam a administração Carter de usar «o assunto falso» dos direitos humanos a fim de desestabilizar o regime militar com a esperança de que um novo governo terá uma política nuclear menos independente.

Não se tomou nenhuma medida executiva dirigida particularmente aos direitos humanos no Brasil. Durante suas visitas a América Latina, tanto o Secretário de Estado, Cyrus Vance, como Rosalyn Carter afirmaram do novo interesse dos Estados Unidos nos direitos humanos. Aqueles que dentro do Brasil exigem a restauração das liberdades cívicas foram alentados por essa posição. Os ativistas pelos direitos humanos no Brasil pensam que por causa da política de Carter, o governo militar contestará de maneira menos repressiva a campanha atual pelos direitos humanos.



A trama da "distensão trabalhista"

A questão social começa a deixar de ser simplesmente um caso de polícia e passa a ser também uma peça do plano econômico e político do governo Figueiredo. São os sinais da distensão que já chegam à área trabalhista com a escolha de Murilo Macedo para o Ministério do Trabalho e a inclusão desta pasta no Conselho de Desenvolvimento Econômico — CDE.

A decisão de Figueiredo de incluir o ministro do Trabalho no Conselho de Desenvolvimento Econômico significa que o regime teve de reconhecer o crescimento dos movimentos reivindicatórios e que está admitindo que estes ganharão maior vigor neste ano de 1979. Mas essa decisão também indica que qualquer concessão aos trabalhadores deverá ser enquadrada nos limites da política mais geral traçada pelo novo Vice-Rei do Brasil, Mário Henrique Simonsen.

Segundo revelaram futuros assessores de Simonsen, o combate à inflação será prioritário pelo menos neste primeiro ano de sua gestão. Combate este a ser travado através da velha fórmula monetarista de administração de preços e salários, o que numa economia capitalista já em fase dos grandes conglomerados acaba sempre por redundar em administração apenas de salários (leia-se arrocho salarial).

Tem-se então, de um lado, a perspectiva de um crescimento das reivindicações e, de outro, o anúncio de que «todos — isto é, todos os trabalhadores — serão conclamados ao sacrifício». Como resolver essa contradição sem agravar a crise política e econômica?

Autonomia sindical? Só relativa!

O novo ministro do Trabalho surgiu em cena com um discurso em parte liberalizante, mas no essencial tão autoritário quanto o de seus predecessores. Aliás isso não causa espanto uma vez que Murilo Macedo é homem afinado com Mário Henrique Simonsen e, portanto, com o regime que aí está. A afoiteza com que alguns saudaram a manifestação do ministro em favor da manutenção da jornada de trabalho dos bancários acabou em profunda decepção porque logo logo Macedo tratou de definir claramente sua posição ao tratar de duas questões fundamentais para o movimento operário: o direito de greve e a autonomia sindical.

Neste campo ele foi incisivo: «O título V, que trata sobre a organização e autonomia sindical não pode mudar a ponto de conceder autonomia integral, mesmo porque o neo-capitalismo consagra a intervenção reguladora do Estado dentro do econômico e social». E adiante: «a greve é um direito dos trabalhadores mas... a necessidade de equilíbrio exige a manutenção da Lei 4.300/64 (a primeira lei antigreve do regime) e a manutenção do decreto-lei 1632» (o porrete sobre o movimento sindical de agosto do ano passado).

Segundo Macedo, ocorreria um «desequilíbrio entre as exigências dos empregados e as possibilidades de concessão dos patrões, caso não houvesse dispositivos como a lei de greve». E

patati-patata: tudo o mais nos conformes do discurso de qualquer ministro do Trabalho no Estado Novo, isto é, no tempo da ditadura de Getúlio Vargas há quase 50 anos atrás.

A «distensão» sindical se anuncia

Mas como o ministro Macedo não é nenhum novito desacomodado das artimanhas do poder (já exerceu-o de duas maneiras — como empresário e como secretário da Fazenda), ele está careca de saber que hoje não dá mais para simplesmente desconhecer que os trabalhadores estão mobilizados e que esta mobilização deverá crescer. Por isso ele tem que falar também em «empenhar-se para que o ônus da inflação não recaia apenas sobre os trabalhadores» e até — pasmem-se — em «efetiva participação dos trabalhadores nos lucros da empresa».

Além de tudo isso aí, Macedo se autointitula partidário fervoroso da trilogia «diálogo, equilíbrio e harmonia», que segundo ele deve presidir as negociações diretas entre patrões e empregados, sob a bênção protetora do Governo.

E aí é que está. Tudo leva a crer (unindo-se o fato de ele agora passar a integrar o CDE com as linhas gerais da política de Simonsen e com as promessas do ministro) — que um pacote sindical deve mesmo estar pra vir no começo do Governo Figueiredo. E deve conter alguma artimanha. Provavelmente, como andaram especulando os jornais, com uma fórmula mágica para manter o arrocho, acomodando-o com a conquista da negociação direta. E qual seria essa magia? O Governo continuaria estabelecendo índices oficiais, com as usuais manipulações, mas fixaria também um teto até onde os juizes do trabalho poderiam negociar para resolver o impasse entre patrões e empregados. O teto não feriria a política econômica adotada — daí porque o ministro do Trabalho passa a integrar o CDE).

Com isso resguarda-se o que já não está mais sob controle (isto é, a disposição dos trabalhadores em conquistar salários maiores que os aumentos oficiais) mas se tenta jogar o desgato do controle desse impeto para os ombros dos juizes do trabalho e para o manto «imparcial» da Justiça.

Se vier a ser assim, mais uma vez o regime terá demonstrado que mudam os governos mas que as equipes que assessoram as autoridades nas artes maquiavélicas de reprimir os assalariados continuam, como sempre, capazes de bolar quase à perfeição mecanismos que acompanham os novos tempos. De modo que tudo possa mudar e continuar na mesma.

Metalúrgicos paulistas iniciam negociações

Por Antonio Carlos Felix Nunes

Reunidos na semana passada na sede da Federação dos Metalúrgicos de São Paulo, 34 sindicatos metalúrgicos do interior paulista, representando 500 mil trabalhadores decidiram tocar juntos a campanha salarial cujas negociações diretas com os patrões iniciam-se hoje, 1º de março.

Pela primeira vez, após mais de dez anos, os 34 sindicatos dos metalúrgicos do interior paulista, ora empenhados em luta salarial, decidiram marchar juntos até o fim da campanha. Em reunião da Federação da categoria, na semana passada, essa união foi selada em torno de uma palavra-de-ordem comum: a tentativa dos patrões de levar o dissídio ao Ministério do Trabalho ou à Justiça será respondida com greve geral da categoria. A ousada decisão cresce de importância quando se sabe que foi sacramentada pelo presidente do órgão federativo, sr Argeu Egidio dos Santos. Isto porque Argeu exerce indiscutível influência sobre a maioria dos sindicatos. Sem sua ordem, pelo menos trinta desses sindicatos jamais topariam uma decisão de greve, deixando sozinhos, como de outras vezes, os metalúrgicos do ABC.

O compromisso do presidente da Federação indica, pois, que a campanha desses metalúrgicos, que esquentou esta semana com o início das conversações com os patrões, abre novas perspectivas de luta no setor. A decisão de decretar greve pode conduzir o patronato à negociação coletiva, em campo neutro, fora da tutela do Ministério de Trabalho. E isto muda a regra do jogo no campo sindical, ferindo o respectivo ordenamento jurídico que, há quarenta anos, vigora no País. É preciso ressaltar ainda o peso dessa categoria no movimento operário brasileiro: são quase 500 mil trabalhadores, metade dos quais concentrados no ABC e congregados pelos sindicatos mais combativos do País.



As novas condições para contrato coletivo

A partir das greves de maio passado, em São Bernardo e Santo André, quando os metalúrgicos romperam o esquema repressivo do governo, ganhou corpo a ideia de introduzir no Brasil o sistema de convenção coletiva do trabalho. As futuras campanhas salariais, que ocorressem após aquelas manifestações, deveriam se pautar por esse princípio. Entretanto, a primeira havia — a dos metalúrgicos da Capital, Guarulhos e Osasco — não foi levada a bom termo. Os patrões toparam a negociação direta, pressionados pela greve, mas o presidente do Sindicato paulista, Joaquim dos Santos Andrade, recuou no meio da briga, traíndo os interesses da categoria.

Dessa maneira, a presente campanha salarial é a primeira que realmente servirá de teste para a concretização da convenção coletiva de trabalho. A «Tribuna Metalúrgica», do Sindicato de São Bernardo do Campo, ressaltava, em editorial do Lula, que «o cenário em que se travará essa luta se renovou inteiramente permitindo-nos a utilização de armas mais eficientes do que as colocadas ao nosso alcance antigamente. «De fato, a campanha salarial dos 500 mil metalúrgicos do interior paulista é empreendida num clima de maior liberdade, assim como num momento em que muitas normas legislativas, com as quais o governo sempre dominou o sindicalismo, já perderam essa validade. A lei antigreve já não pode ser usada; o arrocho sala-

rial, ainda que respeitado pelo Judiciário Trabalhista, não vigora mais na prática porque a maioria dos empresários, para aplacar o descontentamento dos seus empregados, já concede reajustes superiores aos índices oficiais.

Assim, todos os dados dessa luta dos metalúrgicos são novos: o cenário (esse clima de liberdade que já permite uma maior movimentação operária), a unidade da classe em âmbito estadual, a possibilidade de greve com a experiência de maio passado, e a quebra do arrocho salarial.

A «Justiça» é derrota na certa

Por outro lado, a pauta reivindicatória aprovada pelas assembleias dos trinta e quatro sindicatos, contém pretensões que só mesmo através da negociação direta poderão ser obtidas. São exigências novas, jamais levantadas em outras campanhas, como garantia no emprego, antecipação da data-base (dia em que entra em vigor novo reajuste salarial) e redução em 8 horas da jornada semanal de trabalho. O desfecho habitual da campanha — julgamento do dissídio pelo Tribunal do Trabalho — frustraria todas essas pretensões.

Por isso, a alternativa desses 34 sindicatos de metalúrgicos é marcharem realmente juntos até o final da campanha. Se houver manobras ou dispersão, a luta reivindicatória fracassará, causando enormes prejuízos ao movimento operário. Este perderá a grande oportunidade de vencer o primeiro «round» contra essa arcaica estrutura sindical brasileira.

Como dar o pulo do gato?

Para combater a inflação, transformada em inimigo número um do próximo governo, os artífices da política econômica começam a acenar com a ameaça de recessão. Neste caso quem vai pagar o pato serão os trabalhadores com desemprego e queda dos salários. No entanto, esta política é incompatível com o ascenso sindical e os planos de abertura política. Enfim, tá todo mundo enrolando e o regime ainda não sabe como é que vai dar o pulo do gato.

Por Paulo Roberto R. Brant



Nas palavras de Mário Henrique Simonsen, «continuidade não é imobilismo». E o general João Baptista de Figueiredo, cujo governo se inaugura no próximo dia 15 de março, embora proclamando a continuidade dos governos revolucionários, anuncia modificações de vulto em relação ao governo de seu antecessor.

Especificamente no campo da política econômica, várias ideias já foram dadas a conhecer. Dentre elas são de se destacar a tão decantada ênfase na agricultura e o novo relacionamento Estado-empresariado, com uma maior valorização do «livre jogo das forças do mercado», a abrir espaço inclusive para a desestatização de uma série de empresas públicas.

Quanto à inflação, foi explicitamente declarada a «inimiga número um», assumindo o seu combate prioridade absoluta na formulação e execução da política econômica. Neste combate, inclusive, admitem-se alguns sacrifícios temporários, tais como breve recessão, na linguagem do ex-ministro da Fazenda de Castelo Branco, Otávio Gouveia de Bulhões, ou, eufemisticamente, um ligeiro desaquecimento, como preferiu dizer Mário Henrique Simonsen.

A parte dessas pequenas divergências semânticas, Simonsen e Bulhões parecem concordar no essencial: é preciso frear a economia para que se traga a inflação para níveis mais toleráveis. Sendo assim, prenunciam-se uma política creditícia austera, concretizada numa elevação máxima de 30% para os meios de pagamento em 1979, um corte substancial de cerca de 50 bilhões nos gastos do tesouro e limitações à atuação das empresas do Estado. Tudo isso, aliás, constante nas «Diretrizes Gerais de Governo» do general Figueiredo, divulgadas no último dia 12 pelo Jornal do Brasil e reconhecidas no dia seguinte como verídicas pela própria assessoria do futuro presidente da República.

Alvissaras, diriam os mais incautos. Afinal de contas, qualquer leigo em economia sabe concretamente, e por vivência própria que a inflação atinge mais intensamente os assalariados, pela corrosão dos seus salários. Infelizmente, no entanto, as novas não são tão boas assim. Muito até pelo contrário.

Dois questões devem ser aqui analisadas. Em

primeiro lugar, há de se perguntar pela adequação do diagnóstico e da consequente terapia indicada para fazer frente à inflação. Subjacente às medidas anunciadas está a ideia de que a inflação decorre essencialmente do ritmo excessivo da atividade econômica, existindo portanto um nexo indissolúvel entre o controle dos preços e a recessão.

Sem querer ir longe demais com a estatística, procedimento bem ao gosto de alguns economistas, para demonstrar, que a correlação existente é justamente a inversa, o que a realidade dos anos 73/78 permite inequivocamente afirmar é que inexiste aquela rígida relação.

O buraco é mais embaixo

A compreensão do processo inflacionário brasileiro, aliás, não comporta causas tão

singelas. Correndo o risco de se repetir o que vários analistas da inflação brasileira já disseram repetidas vezes, por detrás da sua complexidade não é difícil de se enxergar o papel da intermediação agrícola, da especulação imobiliária, das distorções do sistema financeiro, etc. A respeito desse último, inclusive, tanto Simonsen como Carlos Brandão, futuro presidente do Banco Central, pensam que suas distorções, tais como as elevadas taxas de juros, meramente refletem as mazelas da inflação, não se justificando portanto quaisquer alterações de fundo em sua estrutura.

Em síntese, uma política recessionista que não toque nos problemas mencionados acima fatalmente levará a economia à estagnação. Ou seja, estagnação ou recessão econômica conjugada com a persistência ou até mesmo a intensificação da inflação, se se levar em conta que as grandes empresas oligopólicas tendem a subir os preços numa conjuntura desfavorável para manter inalteradas as suas margens líquidas de lucro.

Daqui surge a outra questão a levantar. Quais os resultados concretos daí advindos. A este respeito é útil voltar-se os olhos ara o período 1964-67, período em que no Ministério da Fazenda assentava-se o mesmo Otávio Gouveia de Bulhões, que então pôs efetivamente em prática todas as suas concepções agora reavivadas. Lá se enxergam as falências das empresas marginais, geralmente as pequenas empresas com menor capacidade de resistência aos períodos de crise. E, sobretudo, a contenção, o arrocho salarial e o desemprego.

No entanto, se as ideias e os homens são os mesmos, o ambiente político e social lá e cá são bem outros. Lá o limiar do regime, as oposições castradas e silenciadas pela força e pelo medo. Cá o despertar das forças sociais relegadas nesses 15 anos de arbítrio. Lá a repressão sindical e cá o acordar dos movimentos sindicais.

No fim das contas a conclusão óbvia. A questão da inflação, talvez mais que qualquer outra questão econômica, é fundamentalmente política. Debelá-la implica em perdas para alguns. Quem são esses alguns, eis o núcleo da questão.

Partido dos Trabalhadores: Para quem? Com quem?

A forte presença de pelegos e o cupulismo das articulações do PT têm gerado uma atitude de desconfiança, senão de repúdio à proposta, por parte das oposições sindicais. Elas reivindicam esclarecer quem é quem nesta jogada e lançar a discussão para as bases.

Por Zé Pedro e João Joaquim, de Osasco

O Partido dos Trabalhadores, «PT», foi um dos assuntos principais do Congresso dos Metalúrgicos realizado na cidade de Lins. O que foi surpresa para os próprios trabalhadores foi os mesmos não terem sido consultados nem terem participado de discussão alguma sobre o assunto.

Quem é contra um partido verdadeiramente dos trabalhadores? Que nasça das lutas concretas do dia a dia — luta por melhores salários e condições de vida, luta como a do movimento do custo de vida, contra o arrocho, luta para quebrar a estrutura sindical, que enfim, por incrível que pareça é o suporte da maioria dos sindicatos que estão defendendo esta proposta de partido?

Muitos erros foram cometidos no passado. Erros que custaram caro à classe operária, que levaram a anos de retrocesso na luta por nossa liberdade, erros que terminaram em dar uma alternativa falsa para os trabalhadores, que podemos, por exemplo, localizar no PTB, no combate à CLT, na manutenção da estrutura sindical, no populismo enfim.

Não precisa ser bido para saber que se repete agora mais um engodo, embora haja pessoas que estão bem intencionadas. Mas, não parece que, assim mesmo equivocadas, esquecendo de um passado não muito distante.

Temos muito respeito por uma meia dúzia de «autênticos» que nos parece fazer um trabalho muito sério dentro de seus sindicatos. Mas colocamos para estes companheiros uma crítica construtiva, de que seriam perdoáveis cometer os mesmos erros do passado.

A maioria da cúpula sindicalista que está nesta articulação do PT é bem conhecida pelo seu passado e pelo seu presente, que sempre foi de traição e eduragem da classe operária. Veja as últimas eleições sindicais, as últimas greves dos metalúrgicos de São Paulo quando a massa operária atendeu à convocação do sindicato dando a ele um voto de confiança e parando mais de 300.000 trabalhadores. O que aconteceu? Traição da Diretoria do sindicato. Isto já era de se esperar. Afinal de contas, quem é Joaquim dos Santos Andrade, o famoso «Joaquinzão»? Fama essa herdada pelas suas peripécias contra a classe operária. Ex-interventor no Sindicato de Guarulhos e SP depois de 64: sua posição no movimento intersindical anti-arrocho — MIA — e, conseqüentemente, no 1º de maio de 68, quando foi — ao Palácio dos Bandeirantes, junto com sua curriola — se desculpar com o então governador Roberto de Abreu Sodré, dizendo que não tinha nada a ver com os acontecimentos da Pra-

ça da Sé. O que fez «Joaquinzão» nesses 15 anos no Sindicato dos Metalúrgicos? Quantas comissões de fábricas e grupos de base «Joaquinzão» fez? Qual foi a posição do «Joaquinzão» nas greves de outubro novembro do ano passado? Estas são questões que nos deixam uma grande interrogação.

Por outro lado, o que já fez a Federação dos Metalúrgicos de São Paulo nestes anos negros para organizar os trabalhadores? O que estes sindicalistas fizeram para romper com a lei do arrocho e com a estrutura sindical?

Só fizeram os descontos assistenciais, tornando o sindicato um órgão assistencialista ao invés de um sindicato combativo que organizasse a classe operária para fazer uma conquista.

Na sua grande maioria estes sindicalistas defendem a conciliação entre o trabalho e o capital. Como pode se dar esta conciliação se os patrões só pensam no lucro, para isto não importando explorar, prender e matar. Veja os casos mais recentes.

Apesar de se dizer que no PT não vai ter a participação dos patrões, qual a diferença entre Joaquim e Vidigal ou qualquer outro patrão?

Ora companheiros, não devemos ser secretários, mas também não devemos entrar de gaiolas. Vejamos a história de nossa classe: qual a participação que ela vai ter neste partido o trabalhador? Um partido que tem na sua cúpula Joaquim Andrade, Argeu, Cid, Henos Amorina, Paixão e outros?

Falamos isto por conhecermos as suas práticas anti-democráticas dentro de suas bases, fazendo delas seus feudos, negando a verdadeira alternativa de base de um sindicalismo livre — que são as comissões de fábrica — porque aí não dá para eles controlarem.

Por isso, quando se fala em «PT» com dirigentes desse naipe os trabalhadores ficam com um pé, ou porque não dizem, com os dois pés atrás. Isto porque, no nosso ponto de vista, um partido de trabalhadores é realmente necessário, mas tem que nascer de baixo para cima, de discussões feitas nas bases, com trabalhadores de todas as categorias, com um programa que venha realmente de encontro com os verdadeiros anseios da classe operária. Com representantes dos grupos de fábricas, com a verdadeira representação e que esse partido tenha como ponto principal a defesa de um sindicalismo livre da tutela do Ministério do Trabalho e a participação, verdadeira, de todos os trabalhadores na vida política, econômica e social do País.

Seria importante que todas as lideranças operárias se manifestassem dando sua opinião.

A ciranda dos proletinhas



Na rua, eles são suspeitos, são pivetes, são trombadinhas. Marginais perigosos. Se eles põem uma roupa melhor no fim de semana é porque roubaram. Tem radiola em casa? É roubada. A polícia dá suas batidas nos bairros da periferia das cidades, nas favelas, e eles sempre vão em cana, para a «especializada» de menores.

Documento eles não têm. A Pesquisa Nacional de Amostragem Domiciliar (PNAD) de 1976 revela que 85,69% dos trabalhadores brasileiros de 10 a 14 anos não possuíam carteira de trabalho assinada. Logo, diz a polícia, diz o Governo, dizem as autoridades: são marginais. Ou «Menores Abandonados», como se fala por aí. Ou vagabundos precoces.

De acordo com o PNAD, 2.533.122 crianças brasileiras da faixa de idade de 10 a 14 anos, trabalham nas fábricas, nos campos, nos escritórios. Deste total, 70% trabalham mais de 40 horas semanais. Trabalham à noite, pegam insalubridade, qualquer parada. Nas siderúrgicas, qualquer lugar.

Em vez da pipa, o torno.

«Corta, empilha». Montes de tijolos secando ao sol escaldante das duas horas da tarde. Em um galpão escuro e sujo, cerca de vinte crianças tingidas de barro, de 11 a 14 anos de idade, trabalham onze horas diárias — de seis da manhã às cinco da tarde — com apenas uma hora para o almoço. Na folha de registros da empresa, apenas um menor tem a sua carteira de trabalho assinada. A remuneração é de Cr\$ 203,00 por semana. «Eles roubam da gente. A gente trabalha, mas não ganha», diz um menino de 13 anos que continua cortando tijolos enquanto fala, obedecendo ao ritmo da máquina. Na sua frente, uma outra criança de cerca de 12 anos empilha os tijolos cortados em um carrinho que é transportado para o pátio, onde são colocados para secar e, depois, para o forno, última etapa da produção.

Este é o quadro da Cerâmica Antonini, situada à Av. Cerâmica 350, no bairro Tirol, da Grande Belo Horizonte. É um dos exemplos do cotidiano das quase 3 milhões de crianças brasileiras de 10 a 14 anos, que engrossam o contingente de mão de obra nos campos, nas fábricas, na construção civil, qualquer lugar. É pau pra toda obra.

A exploração do trabalho infantil no país não é um fenômeno marginal ao processo de acumulação adotado, como se poderia pensar. É a regra.

As condições de trabalho, em geral, são as mais precárias. Os empregadores, via de regra, se negam a assinar a carteira, obrigam as crianças a jornadas superiores às oito horas diárias e pagam salários irrisórios. De acordo com o PNAD, 98% das crianças que trabalham recebem menos que dois salários mínimos.

Outro fato importante: a fábrica e o campo não reservam às crianças os trabalhos mais leves e menos perigosos. Carlos Antonio, 16 anos de idade, trabalha há dois anos na Ferteco Mineração S.A. cumprindo oito horas diárias. É o mecânico de automóveis e caminhões, no setor de manutenção, manipulando máquinas e motores em movimento. Por este trabalho recebe Cr\$ 1.100,00 mensais e na sua carteira consta que é aprendiz.

Jaime Divino, 14 anos, começou a trabalhar aos 12 na fábrica de relógios padrão RED do Brasil: «Pegava das seis da manhã às seis da tarde, com uma hora de almoço. Pintava o dia inteiro. Só parava pro almoço. Nem para ir ao banheiro, os chefes deixavam, tinha que aguentar até às seis horas. Os chefes tratavam mal, viviam dando bronca, se pedia para ir ao banheiro, diziam para não encher o saco e ir trabalhar. Tem umas cinquenta pessoas trabalhando lá, uns trinta são menores».

Já Antonio Pereira é filho de lavradores de Passatempo. Começou a «labutar na roça» aos 10

anos e mora há um ano em Belo Horizonte. Hoje tem 14 anos e é trocador na empresa de ônibus Barreiro de Cima, onde ganha cerca de Cr\$ 400,00 por semana. Lá no Barreiro existem três turnos de trabalho: das 5 da manhã às 13,30h; das 13 às 21 e, o terceiro, noturno de meia-noite às oito da manhã. A empresa só emprega maiores de 14 anos e assina carteira. Mas as horas extras, não remuneradas, são obrigatórias e não existe folga semanal. O trabalho noturno é um fato: Joaquim Valentino pega serviço a 13,30h e só larga a 1 hora da madrugada.

O trabalho infantil, em geral, existe em função do arrocho salarial, um dos pilares de sustentação do «milagre brasileiro», que comprimiu para baixo a remuneração dos pais de família, obrigando o ingresso na força de trabalho dos demais membros.

Entre 1958 e 1969, de acordo com os dados fornecidos pelo DIEESE, o número de membros da família engajados no trabalho dobrou. Neste mesmo período, o salário real do chefe de família decresceu 36,5%. O que se observa é que o capitalismo brasileiro ridiculariza a Constituição do País: o salário mínimo deve ser suficiente para sustentar o trabalhador e sua família. Isso fica só no papel, pois o cálculo é feito em termos de necessidades apenas individuais e de quebra, esse valor ainda é rebaixado pelas manobras que o Governo faz nos índices do custo de vida.

Para justificar o trabalho infantil perante a opinião pública, o Ministério do Trabalho diz que é interessante aumentar o mercado de trabalho para os menores, com finalidade de diminuir a sua marginalização. Porém, a pergunta a ser feita é se o Governo não pensa em acabar com a marginalidade propiciando às crianças educação e condições humanas de vida, o que, sabidamente, seus pais não podem lhes oferecer quando ganham salário mínimo. Na verdade, a maioria das crianças obrigadas a trabalhar para garantir o seu próprio sustento ou para suplementar a renda familiar, abandona os estudos. A jornada de trabalho que enfrentam cotidianamente é estafante e as poucas horas que tem fora do serviço são dispendidas no transporte e no sono. E o que revela Osmar Juvenino, 15 anos, trocador da Barreiro de Cima: «Prá pegar uma folga tem que avisar uns quatro meses antes». Osmar não dorme direito, levanta cedo demais não tem tempo para se divertir: «Na hora que estou de folga vou dormir».

Ano I da Criança Brasileira

Apesar de ter uma participação extremamente reduzida nos setores industriais mais modernos, compostos pelas grandes e médias empresas, mão-de-obra infantil cumpre um papel importante no processo de acumulação.

Correspondendo a cerca de 6,5% da população ativa, o trabalho infantil contribui para o orçamento familiar, permitindo que se perpetue uma situação onde o salário mínimo é flagrantemente insuficiente para a manutenção do trabalhador e de sua família.

Em segundo lugar, ocupando postos que, na sua ausência caberiam à força de trabalho adulta ou juvenil, o contingente da mão-de-obra infantil contribui para alargar o número de desempregados, aumentando a concorrência no mercado de trabalho, e fazendo decrescer os salários.

Em terceiro lugar, se engajados nessa inumerável rede de pequenas fábricas a maioria com menos de 100 empregados — na ampla gama de atividades do setor de serviços, ou nas atividades agrícolas, o trabalho infantil se presta a condições extraordinárias de exploração, garantindo uma rentabilidade necessária a essas atividades que, apesar de não serem as prioritárias, cumprem um papel fundamental para a acumulação capitalista.

A extensão e as consequências sociais do trabalho infantil no Brasil são por demais gritantes para serem ignoradas.

Só mesmo com muito humor negro para se comemorar o Ano I da Criança Brasileira. De acordo com dados do próprio governo são mais de 2,5 milhões de crianças trabalhadoras entre 10 e 14 anos de idade, 70% das quais com jornadas semanais de mais de 40 horas. No total, o trabalho do menor corresponde a 6,5% da força de trabalho no Brasil, e enfrenta condições de trabalho as piores possíveis, como demonstra a reportagem feita por EM TEMPO na região industrial de Belo Horizonte. Dados do DIEESE apontam que em virtude da política de arrocho salarial do regime pós-64, as famílias trabalhadoras cada vez mais se viram compelidas a jogar seus filhos na roda da exploração capitalista.

Por Fátima Anastasia, Juarez Guimarães e Jussara Ferreira

As leis do arrocho infantil

Por Maurício Godinho



As primeiras leis especiais sobre o trabalho do menor surgiram na década de 1920, estabelecendo a proibição do trabalho noturno aos menores de 18 anos, além de proibir todo e qualquer trabalho aos menores de 14 anos. A Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), de 1943, incorporou estas leis, acrescentando outras como a proibição de contratação dos menores para serviços em condições insalubres ou perigosas.

Na Constituição de 1946 foram ampliadas algumas vantagens aos menores: proibiu-se diferenças salariais por motivo de idade e manteve-se para o trabalho do menor a condição da idade mínima de 14 anos.

É a partir de 1964 que ocorreriam as maiores modificações na legislação de proteção aos menores trabalhadores. A Constituição de 1967, promulgada em março por um Congresso que saía de um recesso forçado pelos tanques do Coronel Meira Matos, restabeleceu no Brasil o que o capitalismo inglês dos séculos XVIII e XIX fizera com os menores: eliminou a proibição de discriminação salarial por motivo de idade e reduziu a idade mínima para o menor trabalhar, para 12 anos.

Em abril de 1967, um mês depois de promulgada a Constituição, vem a nu a intenção do governo ao revogar o antigo princípio da igualdade salarial: a Lei 5.274, de abril de 1967 acabava de criar a figura do salário mínimo do menor. A partir daí, os trabalhadores de 14 a 16 anos passariam a receber 50% do salário mínimo regional, e aqueles entre 16 e 18 anos, receberiam 75% do salário mínimo. A diminuição do salário do menor não foi acompanhada de redução correspondente da jornada de trabalho, que permaneceu com as mesmas oito horas do adulto.

Qual era a do governo? A «redentora» de

ca, caracterizada, entre outras coisas, pelo recesso na oferta de empregos. Com este ato o general-presidente não apenas evitava o aumento do desemprego dos trabalhadores adultos, afastando a concorrência dos menores, como ganhava uma boa oportunidade para fazer uma propaganda da sua distensão.

Em março de 1978, porém, a surrada imaginação criadora do Planalto voltaria a funcionar. O Ministério do Trabalho divulgou, então, um Projeto de Lei que restabeleceria o salário mínimo do menor. Só que desta vez o governo teve de fazer voltar as gavetas seu projeto ante às contundentes críticas que recebeu do movimento sindical, já mais fortalecido naquele momento.

Mesmo a existência das acanhadas normas da CLT que protegem o trabalho do menor não asseguram muita coisa na vida diária desses brasileiros. Afinal a maior parte dos trabalhadores menores do país sequer tem carteira de trabalho assinada e desta maneira se acham sob o manto roto das regras da CLT. De fato, 85,69% dos trabalhadores de 10 a 14 anos não possuíam carteira assinada, segundo amostra colhida pela Pesquisa Nacional de Amostragem Domiciliar (PNAD), de 1976. Essa situação tornou-se mais dramática quando se sabe a fiscalização do Ministério do Trabalho é notoriamente deficiente. Além disso, é comum entre os trabalhadores adultos a assinatura adulterada da carteira de trabalho por parte dos empregadores.

MÃO DE OBRA INFANTIL — 10 A 14 ANOS

HORAS SEMANAIS TRABALHADAS

HORAS SEMANAIS	URBANA	RURAL	TOTAL
Até 14 horas	4.188	219	4.407
15 a 29 horas	69.432	277.585	347.017
30 a 39 horas	80.756	381.704	462.460
40 a 48 horas	382.452	878.540	1.260.992
49 e mais horas	160.189	293.091	453.280
Sem declaração	425	4.541	4.966
Total	697.442	1.835.680	2.533.122

Fonte: PNAD 1976

ESTUDANTES

A UNE vem aí

O movimento estudantil prepara-se para reconstruir a União Nacional de Estudantes (UNE). O Congresso de reorganização está previsto para o mês de maio, em Salvador, reunindo representantes de toda as escolas e universidades do país. Aqui, um depoimento de Marcelo Barbieri, diretor da União Estadual dos Estudantes (UEE) do Estado de São Paulo falando sobre as perspectivas de retomada das lutas do Movimento Estudantil e o papel fundamental que terá a reconstrução da UNE para avançar a oposição ao regime militar.

«Antes de fazer uma projeção para 1979, é importante que se olhe rapidamente para o ano passado. Acredito que o ME não acabou de forma alguma; ele continuou levando suas lutas, reconstruiu suas entidades (como foi o caso, por exemplo, da União Estadual de Estudantes UEE), efetivou a unidade com outros setores, particularmente com os professores. De maneira alguma ocorreu o seu fim ou se pode dizer que o ME inexistiu. O que ocorreu, sim, foi um ritmo diferente daquele que se viu em 1977, pois as mobilizações em torno de grandes questões políticas e que nos levaram às ruas naquele ano, não se reproduziram em 1978.

E não poderia ser de outra maneira.

É preciso que se tenha em conta toda uma situação de redefinição política da sociedade. O movimento popular entre na cena política ocupando um espaço anteriormente apenas ocupado pelo ME. E, principalmente, porque em 1977 foi determinado por um clima de explosão no ME, não por um acúmulo gradativo de forças.

Mas creio que há sintomas de mudança, que permitirão a reversão desse processo. Isto pode ser constatado na última reunião da Comissão Executiva Pró-União Nacional dos Estudantes (Pró-UNE), onde se centro o debate muito mais em torno dos problemas mais concretos do movimento estudantil, deixando em segundo plano a tradicional disputa entre as

tendências. É importante notar-se que nessa reunião estiveram presentes mais de 28 entidades maiores (como os DCEs e a UEE de São Paulo), o maior número registrado até hoje.

A Recuperação do Movimento Estudantil

E isso não fica apenas ao nível das intenções. Podemos constatar na prática quando a UEE consegue levar, apesar da desmobilização natural do período de férias escolares, uma luta pelos passes escolares, promove um debate com a participação de cerca de 1.500 pessoas em defesa da Amazônia (precedido de ampla divulgação, panfletagem, etc.; na cidade de São Paulo), «puxando» outros setores para integrar o «Movimento de Defesa da Integridade da Amazônia».

E a partir daí que acredito na retomada da luta em novas bases, em 1979, em busca do fortalecimento do Movimento Estudantil.

E esta necessidade da UNE está dada a partir das próprias solicitações do Movimento Estudantil. Embora exista, na verdade, um ritmo desigual de reorganização entre os estudantes do Sul e do Norte/Nordeste, já podemos dizer que há uma unificação política do ME. A UNE não surge no bojo de grandes lutas estudantis, mas sim a

partir do momento em que unificamos nossas bandeiras de luta e que estas passam a ter caráter marcadamente anti-ditatorial.

Uma agenda de Lutas

Há inúmeros pontos a serem levados pelos estudantes, no próximo período. Podemos destacar a luta contra o aumento das anuidades a nível nacional, de protesto contra os índices escorchantes cobrados pelas escolas particulares, luta que será levada na perspectiva de luta por um ensino público e gratuito.

Outra mobilização importante se dará em no dia 15 de Março, com o

«Dia Nacional de Luta contra a posse de Figueiredo». Em São Paulo, por exemplo, será realizado um ato público, em frente à Assembléia Legislativa — coincidindo com a posse do Paulo Maluf no governo do Estado.

A luta pela anistia, com um ato previsto para o dia 18 será também um ponto importante desse período, culminando com a mobilização nacional do dia 18 de abril, data em que se comemora a conquista da anistia, em 1946.

Da mesma forma inscreve-se a continuidade da campanha popular pela preservação da Amazônia.

Finalmente, no curto prazo, teremos um «Trote Nacional pela Reconstrução da UNE» com a venda de cartazes em

benefício do congresso de Salvador, previsto para maio.

É importante também que o Congresso não se constitua em acontecimento apenas estudantil pois a UNE é uma conquista do movimento popular em sua luta contra a ditadura. Uma entidade livre e independente do controle governamental. É uma ameaça para o regime, não vai acontecer de graça. Não é à toa que o Governo vem preparando toda uma campanha, com pronunciamentos de elementos ligados aos órgãos de segurança, alertando contra o «perigo» representado pela UNE, afirmando que é ponto de honra sua não reconstrução.

O Governo vai tentar intimidar, vai promover prisões individuais, convocar

ções para depoimentos, etc. Mas dificilmente terá condições políticas, dado o seu isolamento, de partir para uma ação de envergadura como a de reprimir o congresso, prender centenas de pessoas, etc.

Por outro lado, reafirma: o congresso tem que se constituir num acontecimento político nacional (convidaremos representantes de outros setores sociais para participar), um marco na luta popular contra a ditadura.

A preparação para a UNE

A fase de preparação envolve, ainda, uma intensa agitação e propaganda, da UNE, recuperando a memória da entidade, seja através de debates, a publicação do jornal da Pró-UNE, que circulará a partir de 15 de março, panfletagens, etc. Nesse sentido, encaminharemos a nível nacional uma campanha exigindo do governo que apresente explicações acerca do paradeiro do Honestino Guimarães, o último presidente da UNE, desaparecido desde sua prisão pelos órgãos de segurança.

A democracia interna na entidade, estabelecida através de seus estatutos, o debate dos programas políticos são outros itens importantes do Congresso, mas, uma das questões mais importantes é a de que se estabeleça, durante o Congresso, que a eleição da primeira diretoria da UNE reconstruída será através do voto livre e direto, das bases estudantis. Eleições diretas, e não através de delegados, são importantes porque, em primeiro lugar, é uma maneira excelente de se popularizar a entidade, pois uma eleição direta atinge muito mais o conjunto dos estudantes do que eleições de delegados. Além disso mostraria uma coerência com a exigência de eleições diretas a todos os níveis que exigimos para os postos executivos no País, como o demonstra a campanha que se está lançando pela volta às eleições diretas nas capitais.



IV Encontro Nacional de Estudantes — outubro de 78

Primeira parte.
Na próxima
semana, o final

Como você vê o atual sindicalismo dos trabalhadores agrícolas?

Os sindicatos brasileiros, sejam urbanos, sejam rurais, ainda estão anexados ao Estado. Com pelegos, interventores e dependendo da estrutura que lá está. No campo, as lutas camponesas se manifestam hoje sobretudo através dos setores progressistas da Igreja. Eu acho que os camponeses têm que conquistar a sua autonomia. Os camponeses terão que conquistar a sua autonomia em relação a qualquer instituição ou partido que se proponha hoje ao Brasil. Os trabalhadores têm que levantar suas bandeiras de luta em defesa de seus direitos e em defesa de sua autonomia de classe, seja no campo como na cidade.

—Então você preconiza uma total separação do movimento camponês com os partidos?

—Eu acho que os trabalhadores devem ter suas próprias organizações. Que não sejam manipulados por nenhuma outra força incoerente. Pois há sempre uma contradição entre as direções que tentam manipular e as lutas do dia a dia que os trabalhadores levam para a frente. O perigo, inclusive, é que as lideranças do movimento comecem a tirar da cabeça do camponês aquele árduo espírito combativo pela sua autonomia própria e passem a uma mera luta reivindicativa passem a esperar que a Reforma Agrária venha, nos termos da lei, quando o Governo der.

O sindicalismo rural inclui hoje, na mesma estrutura, trabalhadores assalariados e não assalariados. Mesmo quem tem menos de cinco empregados faz parte. Pelo que observo na ação da Contag (confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura) posso dizer que ela não tem uma orientação de implantação de base. Eles convocam assembléias num município, elegem a diretoria do sindicato local e depois os trabalhadores vão ali da sede do sindicato pagar as mensalidades, fazer queixas, etc. Mas ao nível dos povoados, vilas, aldeias, não existe um trabalho implantado, uma verdadeira militância sindical.

Isso não quer dizer que nos sindicatos, nas federações, e na Confederação, não existam companheiros lutadores. Mas é uma luta muito amarrada. Não ultrapassa o que é permitido por lei. E isto está muito longe de atender as necessidades dos trabalhadores. Ela não responde de maneira nenhuma as exigências das lutas de massas. Não responde. E se tentar vai para a ilegalidade.

Existia no Maranhão um rapaz, o Augusto, que era o delegado da Contag para o Estado. Era uma boa pessoa. Um cara que queria fazer as coisas. Tinha boa vontade. No entanto ele era obrigado a encaminhar tudo que era questão às autoridades. Se resolvessem alguma coisa, muito bem. Se não resolvessem não havia condições de dar apoio aos trabalhadores.

•Mas você considera importante impulsionar a formação dos sindicatos de trabalhadores agrícolas, apesar de tudo?

—Eu acho que agente tem que formar sindicatos. Se a diretoria eleita for boa, tiver boa vontade, ela levará o povo a dirigir o sindicato e não deixará que ele fique só por sua conta. Quando surgir um problema, uma queixa, uma denúncia, o Sindicato deve apoiar os trabalhadores, constituir advogado, etc. e ir para a briga. Mas para que isso seja possível, a massa tem que ter poder de decisão na Assembléia, levar o sindicato a assumir o problema. Se a diretoria for assim combativa, a gente tem que apoiar.

No caso de não existir essa situação, temos que construir uma oposição. Não se trata de sindicato paralelo. Temos que fazer discussões e mobilizações de base para criar uma oposição a diretoria. E se dentro da diretoria só alguns apoiam o atrelamento e outros não, temos que apoiar esses últimos e fazer alargar as suas bases. Se se conseguir chegar a uma oposição que se faça sentir desde a base até a diretoria em pouco tempo existirão condições de botar o pelego para fora e constituir uma diretoria combativa, enraizada nas bases.

— E você acha indispensável que haja uma separação das estruturas sindicais entre assalariados e camponeses?

—Acho. Acho que é uma questão de vida ou de morte. O assalariado num sindicato de pequenos proprietários é sempre manipulado. Em geral, nas regiões de pequenos proprietários, quem controla o Sindicato são eles pois são os que estudam mais. São mais aceitos pelas autoridades. Isso leva à manipulação.

Eu acho que não existe nada mais justo que um Sindicato reunindo apenas os assalariados e os semi-assalariados, isto é, os camponeses que pagam renda ao proprietário, que não têm terra. Agora, os pequenos proprietários que exploram a terra com a família, devem ter um outro sindicato. Eles produzem para vender. Lutam por melhores preços para suas mercadorias. O assalariado luta por melhor preço para o seu salário.

No máximo, o que posso aceitar é que cada categoria tendo o seu sindicato próprio, pertençam todas a uma mesma confederação, uma confederação de todos os que trabalham na agricultura. Mas ela precisa ter estruturas diferentes, departamentos diferentes para cada categoria. Caberia à Confederação a condução das lutas por interesses comuns.

— E quando é que vocês fundaram o Sindicato de Pindaré? Como nasceu?

— Olhe. Foi em 1962 que ouvimos falar em sindicalismo rural. Antes os trabalhadores brigavam muito, mas em conflitos localizados. Surgiam ligas e desapareciam em função dos problemas que tinham que ser enfrentados. O Sindicato não foi um negócio que surgisse assim tão naturalmente. Não sabíamos que a lei permi-

«O gado dos fazendeiros continuou invadindo a roça dos camponeses. Caboclo começou a matar gado. Polícia começou a botar na cadeia. Aí os sindicatos passaram a uma posição mais ofensiva. Ocupamos os três povoados e fizemos uma espécie de estado de sítio para denunciar a situação. Ficávamos 24 horas dentro. Quando chegou a hora, com toda a religião e a fé que tinha, o camponês começou a matar gado, ocupar as cidades, e depois se defender da polícia com o que tinha. Pegava na espingarda, no facão, na faca, no cacete. Foi uma confusão louca, quase uma insurreição. Cerca de 100 mil trabalhadores, nos vales do Pindaré e Mearim pegaram no que tinham para defender sua produção».



Carlos Ferraz

Manoel da Conceição

O ex-líder camponês, hoje exilado em Genebra e preparando-se para um possível regresso ao Brasil recorda os conflitos e a formação do sindicalismo rural no interior do Maranhão nos anos que precederam o golpe militar de 64, e comenta também as perspectivas atuais do sindicalismo no campo.

Entrevista a Maria Morais e Eliezer de Oliveira

tia a nossa organização sindical para lutarmos por nossos direitos. Por volta de 62, apareceram por lá algumas equipes do Movimento de Educação de Base, ligados à Igreja Católica. Davam cursos sobre sindicalismo, cooperativismo, essa coisa toda. Fizemos um curso sobre Sindicato e Cooperativa Rural. Participaram 35 pessoas. Depois a gente começou a levar à prática. Saiu para os povoados para discutir com o pessoal — ninguém sabia o que era sindicato. O pessoal queria era escola de alfabetização. Para conhecer as leis tem que aprender a ler um pouco. O pessoal lá de Pindaré era analfabeto de 80 a 90 por cento. Tinha algumas pessoas com primário. Outros só tinham o primeiro ano. Então esses que tinham um pouco de instrução serviam de professores para os que não sabiam nada. Fizemos 28 escolas em pouco tempo.

Ai os companheiros perguntavam: mas para que o Sindicato? Cada um tinha uma ideia, apareciam as mais variadas. Foi assim que começamos a discutir os problemas. Cada camponês levantava uma questão: «o gado come a produção, destrói; a gente vai ao prefeito e ele

não diz nada. Vai para o delegado, ele não diz nada. Se a gente mata o gado vai para a cadeia». Outros denunciavam problemas de saúde. Enfim milhões de coisas. Foi-se elaborando um programzinho baseado nesses problemas levantados nos povoados. Tínhamos começado a trabalhar em 1962. No dia 18 de agosto de 1963 a gente tinha um programa, discutido com o povo, tinha um estatuto discutido com o pessoal todo. O programa ia desde problemas como campos de futebol, esportes, escolas, todas essas coisas. A partir daí tiramos uma linha do sindicato. A linha de briga do sindicato. Na fundação havia duas mil pessoas. Mas só compareceram ao ato umas mil. Muitas moravam longe demais.

Das assembléias preparatórias havia saído o seguinte: o primeiro ponto a ser botado em prática era obrigar os criadores de todas as regiões de Pindaré a prenderem o gado. Fazer cercado e botar dentro. «Não queremos brigar com eles. A bem da paz eles devem prender o gado e não deixar que ele venha à roça da gente». O segundo: «queremos carteira profissional». E terceiro: resolver o problema do preço da produção.

O prefeito quis ir lá apoiar demagogicamente o sindicato. Mas acabou defendendo os proprietários. Disse que tinha uma lei municipal que dava direito aos criadores. Dizia que essa região era para o gado. Quem botasse roça tinha que fazer cerca com mais de oito palmos de altura. Sem isso o gado podia comer e o dono da roça não tinha direito à indenização. E mais: se o caboclo encontrasse o gado na roça dele, não podia fazer nada. Não podia espancar. Tinha que ir à casa do fazendeiro e avisá-lo. Caso o fazendeiro não tomasse providência ele ainda deveria voltar duas vezes. Depois de três vezes tinha que ir se queixar à delegacia ou à Prefeitura. Resultado: bota um mês. Nesse tempo a roça já tinha virado campo. Foi essa a grande briga na época. De 1962 a 1964 a luta foi basicamente contra a invasão das roças pelo gado dos fazendeiros, pelo preço da produção e pela carteira profissional (essa era para nós uma maneira de nos identificarmos). Qualquer coisa que acontecesse: «Não eu sócio do sindicato, está aqui, a minha carteira». Lá o pessoal tem no máximo certidão de casamento.

— E como se desenvolveram esses Sindicatos de Trabalhadores Agrícolas?

— Em janeiro de 1964 o Sindicato de Pindaré já tinha cerca de quatro mil associados. Em fevereiro, resolvemos fundar novos sindicatos. Fundamos o de Santa Luzia, o de Bonjardim, e o de Vitória do Mearim. O de Pindaré ficava no centro. A notícia de luta contra o gado invasor corre todo o vale, do Pindaré ao Mearim. O gado continuou invadindo roça e caboclo começou a matar gado. A Polícia começou a botar na cadeia. Aí os sindicatos passaram a uma posição mais ofensiva. Ocupamos os três povoados e fizemos uma espécie de «estado de sítio» para denunciar a situação. Ficávamos vinte e quatro horas dentro. Com toda a religião que tinha dentro, por mais que fosse ligado à fé, com tudo que tinha dentro de ideias as mais variadas, o camponês, quando chegou a hora, começou a matar gado, ocupar as cidades e depois de defender-se da Polícia com o que tinha: pegava na espingarda, no facão, na faca, no cacete — confusão louca, quase uma insurreição. Cerca de cem mil trabalhadores, nos vales do Pindaré e do Mearim pegaram no que tinham para defender sua produção. Evidentemente que nem todos estes trabalhadores eram organizados pelos sindicatos.

Foi aí que entrou a contradição extrema. A gente começou a combater o camponês que fazia isso alegando que estávamos ultrapassando as leis do País e que além do mais, a gente, como protestantes ou católicos não podíamos fazer um negócio daqueles. «Quem com ferro fere com ele será ferido». Resultado: em fevereiro de 64 o presidente do Sindicato de Pindaré, o José Vicente Rocha, vendo a coisa preta, resolveu renunciar à diretoria. Foi aí que fui eleito presidente. Até aí eu era apenas suplente. A partir daí essa

luta passou a ser apoiada pela gente. Essa luta de defender a produção com as armas na mão. Nós não eramos violentos. «Ninguém vai matar ninguém lá na casa dele; mas aqui na sua roça, na sua casa, se o gado vier — você mata!» Já havíamos denunciado a situação a todas as autoridades; desde o município até o presidente da República. Eles não tomaram nenhuma providência. «Então nós matamos o gado. Se o patrão vier querendo discutir, aceito discutir. Se vier para agredir, agrida também. Passa fogo. Não converse, não. Se o delegado quiser vir, passa fogo: se o pastor vier passa fogo; se o padre vier passe fogo». Então criou-se um inferno. Era se defender como dava. Já tínhamos feito tudo o que estava ao nosso alcance. Não tinha mais autoridade que não tivéssemos procurado. Inclusive todos os jornais. Nenhuma providência.

A Igreja, que em parte apoiava a luta dos camponeses, até certo ponto, mudou de posição, no dia em que virou revolta. Aí começaram a apoiar os comerciantes e os fazendeiros. O protestantes fizeram o mesmo. Entre os crentes só mesmo os camponeses pobres é que ficaram e pegaram em armas.

Quando se deu o golpe militar de 1964, eu estava em São Luiz procurando apoio entre os estudantes e os operários para a nossa luta. Só voltei a Pindaré no início de maio. A sede do sindicato estava ocupada pela Polícia e pelo Exército. Cheguei e fui logo preso. Fui preso cinco vezes só nesse mês. E antes disso, os camponeses da região nem ficaram sabendo do golpe. Os que apoiavam no Maranhão os generais golpistas trataram logo de acabar com os sindicatos de trabalhadores agrícolas. Acabaram com quarenta sindicatos. Mas não conseguiram acabar com o de Pindaré. E isso era sabido no Maranhão inteiro.

— Como você explica a rapidez com que o Sindicato de Pindaré conseguiu se organizar?

— Duas coisas importantes. Uma foi a forma como se mobilizou o pessoal para o sindicato, a partir das suas próprias reivindicações; um programa assumido pelo povo; como ele acreditava. A segunda é a seguinte: o sindicato de Pindaré não tinha uma diretoria que ditava as coisas. Não. Tinha uma diretoria que procurava que todas as decisões viessem lá de aldeiazinha, que fosse tomadas em assembléias de aldeia. As eleições de comissões ou de delegados sindicais eram feitas nas aldeias. Era tudo discutido com o pessoal e as pessoas eram indicadas por ele. Mesmo as contizações eram indicadas pelo povoado. A diretoria sindical era mais executiva e administrativa. E foi o sindicato que trouxe as melhorias obtidas. Escola, médico, etc. O caboclo nem escutava as autoridades. Qualquer coisa era o Sindicato que ele procurava. O sindicato tinha que resolver até briga de vizinhos. O sindicato fazia casamento, separação, casava de novo, tratava do problema dos maridos que tinha duas mulheres... isso evidentemente só foi até o golpe.

As andanças, de Pirapemas a Genebra

José Veiga, de Paris.

Manoel da Conceição dos Santos nasceu em Pirapemas, município de Coroatá, no Maranhão, em 1935. Começou a trabalhar com nove anos de idade. Ajudava o pai numa pequena oficina artesanal no fabrico de ferramentas para a lavoura e de algumas armas de caça, e também a mãe, na coleta do babaçu, sobretudo durante o verão. Aos onze anos, já estava na lavoura e na caça.

No interior do Estado mudou-se inúmeras vezes: poder-se-ia pensar que todas essas migrações tenham sido motivadas pelo próprio sistema de produção, chamado «itinerante», isto é, botar roça depois de desmatar e queimar e abandonar a terra, após duas ou três colheitas, quando ela se esgota. No entanto, as perseguições dos latifundiários e grileiros, a repressão dos jagunços e policiais, ao lado de uma relativa debilidade das organizações camponesas explicam melhor esse «nomadismo».

Sempre com a família, na lavoura, na coleta do coco de babaçu, na caça. Manoel da Conceição viveu em Pedra Grande, Pirapemas, Laginha Bagaceira, Buriti, Centro Velho e Toari, lugares pertencentes ao município de Coroatá. Em 1955, com vinte anos de idade, mudou-se para o Vale do Mearim, num local chamado Copaiba, no município de Bacabal Mearim. Em 1958 voltou para Pirapemas onde ficou até 1962. Nesse ano retornou

ao Vale do Pindaré-Mearim morando em outras tantas localidades. Passou o ano de 1969 em São Paulo, voltando para o Vale do Pindaré-Mearim no início de 1970 onde fixou novamente residência até janeiro de 1972.

Manoel foi preso pela primeira vez em maio de 1964. A segunda, em julho de 1968, quando foi baleado e teve a perna amputada. A terceira prisão ocorreu em janeiro de 1972 e durou até maio de 1975. Mas logo em outubro, desta vez em São Paulo, foi novamente encarcerado.

Resolveu partir para a Suíça, dia 11 de março de 1976, uma vez que todos os que o cercavam julgavam que não havia condições de permanência devido às constantes ameaças e perseguições. A escolha era continuar na cadeia ou ir para o Exterior. O ex-líder camponês mora atualmente em Genebra, onde desenvolve amplo trabalho de solidariedade para com as lutas do povo brasileiro, e especialmente a luta dos trabalhadores. Dado o avanço das conquistas democráticas e populares, Manoel da Conceição prepara-se para um possível regresso ao Brasil.

Ele foi entrevistado duas vezes por *Em Tempo*, uma em Genebra e outra em Paris. Um total de seis horas de fitas gravadas, que serão publicadas na íntegra, brevemente em mais um *Cadernos do Presente* da Editora Aparte, que faz este semanário

EM TEMPO!



Ponto de Vista

Liquidar o "Em Tempo"? Ora, pois sim. Não passará...

Por Flaminio Fantini

Nas últimas semanas, uma cortina de fumaça tenta insistentemente obscurecer e dissimular a verdadeira natureza da Crise que atravessa o semanário Em Tempo.

De um lado da crise, estariam os obstinados que insistem em levar às bancas um projeto jornalístico cujo eixo central seja contribuir para a construção de um movimento socialista organizado no movimento de massas...

De outro lado, estão os realistas e os hem pensantes que querem suspender temporariamente a circulação do jornal para que das cinzas, qual fênix, possa ressurgir um semanário que no fundamental contribuiria para o fortalecimento da unidade popular na luta contra a ditadura...

Assim, os tacanhos, obtusos e duvidaristas adeptos do Movimento Socialista se defrontam com os esclarecidos, criativos e pacientes partidários da Frente Popular.

Ora, já se disse que em rio de piranhas o larani nada de rostas e o macaco bebe água de canudinho. Seria muita incoerência aceitar esta engambelamento que tentam nos impingir. É preciso portanto afastar o véu de fumaça, para ver de perto que cores tem a crise, que matos quem em "politiza-la" ou a uma disputa de táticas mais ou menos revolucionárias...

Na verdade a atual crise é apenas mais um capítulo, agora sem dúvida alguma dramático, do embate entre concepções e práticas diversas quanto à construção da chamada Frente Jornalística, que se formou no segundo semestre de 1977 com o objetivo de lançar na praça um periódico. É o que procuramos mostrar com esse texto.

Democracia, uma calça velha e desbotada?

Ao que tudo indica, a plataforma inicial de Em Tempo foi esquecida ou relegada ao baú dos documentos históricos, no qual não se deveria remexer a não ser para o deleite futuro dos nossos netos. Mas para quem considera que democracia importa, ao contrário do que diz a canção não é uma calça velha e desbotada...

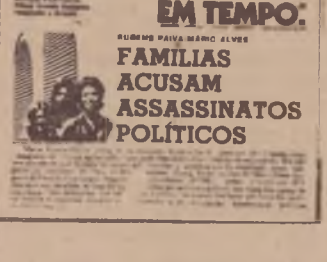
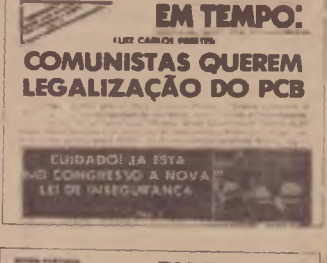
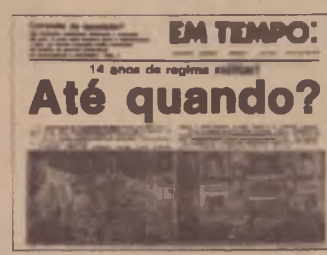
O sétimo deles chama-se — e não é por nenhum acaso — O controle pelo trabalho: «a direção do novo jornal — diz o texto — estará sempre em mãos de órgãos colegiados democráticos e periodicamente eleitos. As pessoas que, por seu trabalho, são reconhecidamente as que fazem o jornal serão portadoras de acesso do tipo A da editoria. Esta categoria de acionistas terá o direito de eleger na assembleia geral...

Na história deste semanário é possível detectar um outro estágio onde aglutina a questão do trabalho, que tentaremos resumir para documentar ainda mais a ideia.

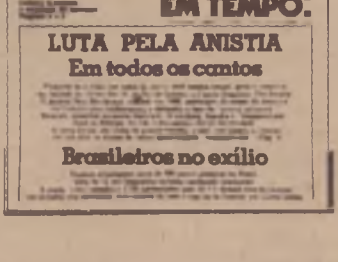
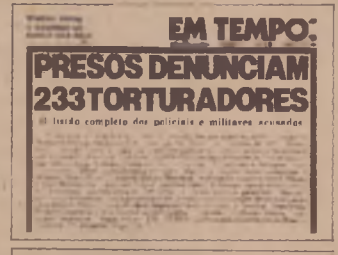
A crise de trabalho

Decorridos quase dois anos dos impulsos iniciais que geraram Em Tempo nos quais estes princípios foram plasmados, qual a situação que enfrentamos hoje? Uma crise sem proporções no engajamento no trabalho, seja na redação ou na administração, canalizada no descompromisso de inúmeros parceiros iniciais da Frente Jornalística...

A medida da situação fica bem clara na descrição dos dois principais Estados do País com um perfil breve da área da redação. A sucursal do Rio de Janeiro, que foi nos primeiros tempos da nossa publicação um pilar insubstituível de reportagens e ramos jornalísticos...



«Em Tempo» já tem uma história de quase dois anos, 56 edições e a resistência ao atentado da extrema-direita, que não vale a pena ser encerrada.



dos três diretores na recente reunião do Conselho de direção do jornal. Um deles asseverou que estava «convencido de que o trabalho agora não adianta porque em geral não temos competência para fazer um bom jornal»...

Quando dois bicudos não se beijam

Levantar a questão do trabalho não é a nossa vez desviar-nos dos aspectos centrais da crise do Em Tempo. Nem muito menos desculpá-la esfarrapada que se esgrime no corpo a corpo da «tática»...

Na fórmula da Frente de Tendências, o critério da democracia interna e portanto da direção editorial e administrativa do jornal é a representatividade política que os indivíduos e as correntes de opinião têm na sociedade civil, isto é, no plano exterior ao jornal...

Suspender o jornal sem consultar antes os que nele trabalham? Uma usurpação...

É assim que quinze componentes da sucursal de Porto Alegre viram a decisão do Conselho deste semanário, em correspondência enviada a nós esta semana.

Companheiros. Tomamos conhecimento na reunião da Sucursal, quarta-feira 21 de fevereiro, das decisões tomadas pela maioria dos conselheiros do Conselho Editorial e Administrativo do nosso jornal, que aprovaram a suspensão temporária do ET.

Independente dos argumentos que os companheiros possam ter em relação à atual situação da empresa e do jornal, não podemos admitir, sob hipótese nenhuma, tal decisão. O jornal possui, e os tem mantido, canais e instrumentos que permitem o mais amplo e democrático debate...

mortais que não detêm o poder e a capacidade de levantar as massas e levá-las ao combate nas ruas ou a vitória desta ou daquela tendência numa eleição para um DCE...

Um perigo: o frentista bífido. Em fevereiro de 78, a Editora de Internacional condensou bem a preocupação em criticar essa perspectiva de transformação do jornal em uma espécie de porta-voz de uma hipotética «frente orgânica entendida como a aliança de setores, grupos e tendências»...

O trabalho, portanto, de cada um, em função de determinações coletivas dentro dos canais da Empresa Jornalística deve ser critério básico para definir a representatividade de todos, reafirmavam os companheiros da Editora de Internacional. A participação de cada componente poderia ser precisada de maneira inequívoca pelo seguinte:

«o componente da Frente deve estar articulado num dos setores da empresa de modo sistemático cumprindo suas tarefas de modo regular — seja esse setor a redação, administração, a distribuição, etc.»

«deve participar de maneira sistemática e constante da vida política interna da empresa participando às reuniões de forma regular e se pronunciando sobre as questões políticas gerais no seu setor de trabalho e nas reuniões do coletivo».

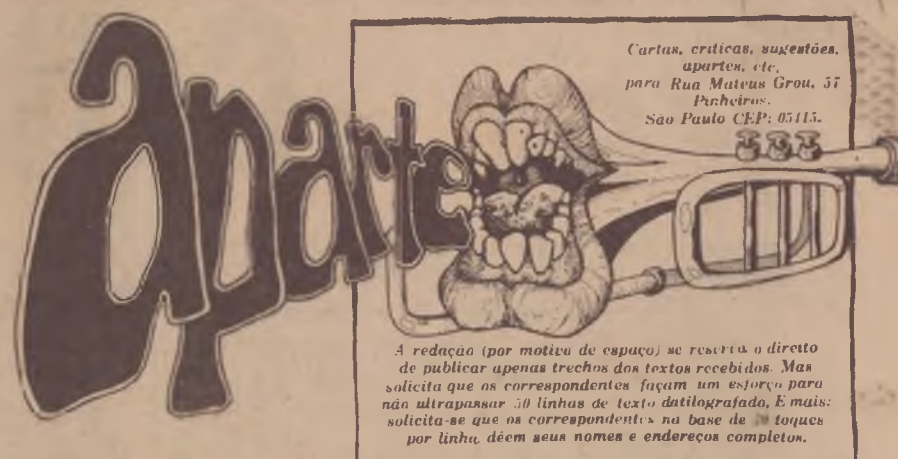
par toda a legitimidade de sustentação pelo conjunto dos trabalhadores de uma votação do CEA implica.

Os companheiros conselheiros ao deliberarem essa medida feriram profundamente um dos princípios básicos e fundamentais do nosso projeto: o respeito pela democracia dos que trabalham no ET.

Essa atitude é inaceitável, ilegítima e usurpadora do direito de opinião e deliberação que o conjunto dos trabalhadores do jornal deve ter garantido em questões que põem em risco a continuidade do projeto.

Manifestamos, pois, a todos os companheiros das várias sucursais e da sede, nosso mais veemente repúdio a tal decisão.

Assimam este protesto os companheiros presentes na reunião de quarta-feira da Sucursal: Adão Capa, João Rodrigues Soares, Ailton Ortiz, Carlos Aveline, José Luiz Cruz, Luci Ayala, Raul Pont, Cláudio D'Almeida, Ana Barros, Gerson Schirmer, Danton Silveira, Sérgio Ruckert, Liliane Froemming, José Carlos Oliveira, Renato Oliveira.



Cartas, críticas, sugestões, apertões, etc. para Rua Mateus Grou, 57 Pacheco, São Paulo CEP: 05115.

A redação (por motivo de espaço) se reserva o direito de publicar apenas trechos dos textos recebidos. Mas solicita que os correspondentes façam um esboço para não ultrapassar 30 linhas de texto datilografado. E mais: solicita-se que os correspondentes na base de 30 toques por linha, deem seus nomes e endereços completos.

Ramires: trucidado ou desaparecido?

Há cinco anos uma família cearense convive com esta dúvida, acerca de seu filho, um jovem que fazia oposição ao regime militar, nos anos 68

Ramires Maranhão do Valle, filho de Francisco Clóvis Marques do Valle e Agrícola Maranhão do Valle, nasceu a 21 de novembro de 1950 em Recife-PE, e teve ativa participação política no movimento secundarista de sua cidade entre os anos de 1967 e 1969.



opção sempre foi pronta, determinando que estava em sua luta na defesa dos ideais do povo e contra a ditadura militar implantada em 1964.

O início dessa participação ocorreu quando, em 1967, foi preso em uma manifestação estudantil contra a engenharia norte-americana aos assuntos educacionais brasileiros (acordo MEC USAID), realizada nas escadarias da Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco, e permaneceu recolhido ao Juizado de Menores do Recife durante oito dias, juntamente com Fernando Augusto de Santa Cruz Oliveira, preso na mesma manifestação.

Como fatos mais marcantes de sua participação podem-se citar, em 1968, a resistência ao cerco e ameaça de invasão do «campus» da Universidade Católica de Pernambuco pela Polícia Militar, e a grande passeata legal de vinte mil pessoas que culminou com um comício na Avenida Guararapes, no centro de Recife, quando Ramires foi uma das lideranças secundaristas. Em 1969, durante o ferretor do Padre Antonio Henrique Pereira, assassinado pelas forças de repressão, Ramires fez um comício-relâmpago na Ponte da Torre. Entre 1967 e 1969, teve destaque na organização de assembleias, passeatas, comícios, panfletagens e na estruturação do movimento secundarista recifense.

Forçado à clandestinidade

Em 1969 intensamente perseguido pelos órgãos de repressão política, foi obrigado a cair na clandestinidade, abandonando a casa onde residia com seus pais e irmãos. Na época, a residência de sua família foi, por diversas ocasiões, mantida sob vigilância e até mesmo invadida por forças policiais, sob o pretexto de sua localização e prisão.

Durante sua vida clandestina, Ramires mantinha contatos esporádicos com seus familiares através de cartas e telefonemas, ou mesmo raras visitas, encontros revestidos de máxima segurança à sua pessoa. Sabe-se que morou algum tempo em Fortaleza, exercendo militância política. Nessa cidade, escapou da morte e da prisão quando o local onde residia foi cercado e invadido por agentes policiais, tendo sua fuga se concretizado sob cerrado tiro. A partir de 1972 estava morando no Rio de Janeiro, onde tinha ligação de cunho partidário com Ransúia Alves Rodrigues e Almir Custódio de Lima. Seu último encontro com seus familiares ocorreu a 28 de fevereiro de 1972, na cidade do Recife. Nessa última vez em que foi visto, embarcou em um ônibus para a cidade do Rio de Janeiro. Durante 1973 ainda manteve contatos telefônicos com sua família. Nessas ocasiões, seus pais, conscientes do grave momento político atravessado pelo país contando mesmo com ameaças diretas de agentes policiais à vida de seu filho, instaram-lhe a procurar o exílio no exterior, oferecendo-lhe, para isso, as condições materiais necessárias, pois sentiam nessa alternativa a única chance de ver resguardada a sua integridade física. Sua recusa a esta

Francisco Clóvis Marques do Valle Fortaleza — CE

Operário é como anjo? Sem sexo?

A pergunta vem de Paris e é uma crítica a este semanário pelo tratamento dispensado nas suas páginas às mulheres trabalhadoras.

Relendo todos os números de EM TEMPO, e sobretudo a cobertura do movimento operário, salta aos olhos uma enorme lacuna: a participação das mulheres. Aparecem, no máximo, comentários genéricos do estilo: «ao contrário da ideia geral, as operárias demonstram que também sabem lutar por um salário digno e que sabem o que querem». (ET nº 18). E isso numa reportagem sobre a greve na Philco, onde mais de oitenta por cento dos trabalhadores são do sexo feminino. Informa-se, por exemplo, que durante a luta foi eleita uma comissão de negociação composta por sessenta trabalhadores. Mas a proporção de mulheres parece não ter interessado o repórter, ou o redator. Da mesma forma, nas entrevistas de representantes das oposições sindicais nenhuma pergunta foi feita sobre a atitude das operárias, sua participação nas greves, etc. Idem,

ibidem, nos artigos sobre as Comissões de Fábrika.

No entanto, as oposições sindicais têm incluído em seus programas eleitorais várias reivindicações específicas das mulheres trabalhadoras. Algumas diretorias sindicais combatíveis até convocaram Congressos de Mulheres. Um dos objetivos de um jornal que procura «contribuir, no universo da oposição, para o predomínio daquelas forças mais consequentes» deve ser o de observar como essas iniciativas se concretizam na prática dessas entidades. Mostrar qual é a situação da mulher trabalhadora nas fábricas e como ela levanta suas reivindicações. Qual foi a participação das mulheres nas últimas greves?

EM TEMPO parece não dar a mínima atenção a esse problema. Será que os companheiros pensam que os operários são como os anjos? Que não têm sexo...?

Lucia Veiga — Paris

